

Seção 3

Ata Circunstanciada da 34ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A INTERVENÇÃO NO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA E TRANSPLANTES DO DISTRITO FEDERAL – ICTDF E OS IMPACTOS DO PROJETO DE LEI Nº 1.065/2024, QUE AUTORIZA A GESTÃO PELO INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL IGES-DF, DE 25 DE ABRIL DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H01MIN	TÉRMINO ÀS 18H39MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Declaro aberta a sessão ordinária de quinta-feira, 25 de abril de 2024, às 15 horas e 1 minuto.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – O expediente lido vai a publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.315/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna – PSD, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 25 de abril de 2024, fica transformada em comissão geral para debater sobre a intervenção do Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal – ICTDF e os impactos do Projeto de Lei nº 1.065/2024, que autoriza a gestão pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – Iges-DF.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como todos que desejarem participar deste debate, a virem ao plenário.

Solicito a abertura das portas para os convidados. Se vocês quiserem, podem descer a rampa. Aqueles que forem chegando podem ir se sentando. Os convidados que chegarem depois vão participar da galeria. Podem vir para cá.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h04min, a comissão geral é reaberta às 15h23min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Boa tarde, senhoras e senhores, sejam muito bem-vindos a esta casa, como sempre, a casa do povo.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos ao dar boas-vindas a todos os presentes.

Declaro aberta a comissão geral para debater sobre a intervenção no Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal – ICTDF e os impactos do Projeto de Lei nº 1.065/2024, que autoriza a gestão pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – Iges-DF.

Quero convidar, inicialmente, para participar conosco da mesa: o general Manoel Luiz Narvaz Pafiadache, representando o ICTDF; o presidente do Instituto Brasileiro de Transplantados, Robério Melo; e a enfermeira mais conhecida no instituto, Maria do Carmo Barros, a Carminha.

(Palmas.)

Senhoras e senhores, há mais um convidado que está vindo: o doutor André, que também vai fazer parte desta mesa.

Nós fizemos convites ao Iges, à Secretaria de Saúde e ao Ministério Público. Obviamente, o Iges não viria para esta sessão hoje. Acredito até que perdeu o objeto. Graças a Deus, nós conseguimos impedir que o Iges pudesse fazer a gestão do Instituto de Cardiologia. Quanto à Secretaria de Saúde, acredito que tenha sido um grande erro ela não ter vindo aqui, porque este é o momento de nós ouvirmos todas as partes, inclusive quem está fazendo a intervenção no instituto. Embora os interventores encaminhados pela Secretaria de Saúde não estejam aqui, nós temos algumas informações, que, talvez, para alguns já não sejam novidade, mas para muitos podem ser: justamente as informações que eles estão divulgando com relação ao que foi visto e ao que foi feito no Instituto de Cardiologia.

O intuito deste encontro, desta reunião, pessoal, é nós podermos ouvir. Eu acredito que nós, principalmente os parlamentares, temos de ouvir todos os envolvidos de uma só vez e não de forma parcelada, como está sendo feito. Ora nós ouvimos a secretária de Saúde, ora nós ouvimos o instituto, ora nós ouvimos os pacientes, e as informações não estão batendo. De verdade, as informações não estão batendo. Cada um fala uma coisa. O instituto fala que a Secretaria de Saúde deve, a Secretaria de Saúde fala que não deve; a intervenção fala que o instituto enviou dinheiro para fora de Brasília, o instituto fala que não enviou. Sinceramente, eu prefiro saber por meio de quem realmente pode falar. Eu não quero saber pela mídia ou por qualquer outro órgão. Nós temos que saber dos fatos aqui na Câmara Legislativa.

Então, hoje, acredito que esta comissão geral vai ser muito esclarecedora. Como eu falei... Não posso deixar de parabenizar o governador por ter retirado esse projeto desta casa. Parte da nossa discussão nesta comissão já foi resolvida, porque iríamos tratar do projeto de lei que o governo enviou para esta casa. Esse projeto foi rechaçado, todos sabem disso. Ele estava causando muito desconforto, inclusive em deputados da base. Eu sempre digo, Pafiadache, que eu sou aliado, mas eu não sou alienado. Então, o que é bom para Brasília eu vou votar; o que é ruim para Brasília eu não vou votar, mesmo estando com o governo – e aquilo não parecia ser bom para Brasília.

Isso é um fato. Vocês estão vendo nas redes sociais, vocês estão vendo em investigações o que é o Iges. Então, não tem que se falar em expansão do Iges, tem que se organizar e melhorar o que eles estão tentando gerir. Eu já estive em UPA, eu já estive em hospitais e o atendimento não está bom. Se a promessa era melhorar porque contratariam com valor melhor e rapidamente, não estão fazendo as contratações. Não há pediatra no Iges!

Eu estive em São Sebastião, em uma UPA. As mães estavam revoltadas – e com razão – porque não havia pediatra. Eu liguei para o presidente e quem me atendeu foi uma assessora, que disse que não havia pediatra. Até pediram que eu indicasse pediatras. Eu falei: “Mas eu não tenho que indicar pediatras. Quem tem que contratar são vocês!”. Como eu vou indicar pediatra? Sabe-se lá onde há pediatra para ser indicado! Não tem que fazer uma prova para entrar no Iges? Como eu vou indicar um pediatra? Que história é essa? Está tudo errado! Para eles, no mundo maravilhoso do Iges, está tudo bom, está tudo bem. Até hoje, de 2018 para cá, nenhuma das contas foi avaliada e aprovada no Tribunal de Contas. Nenhuma! Não podemos falar do Iges. Não podemos falar se ele está bom, sendo que ele não está mostrando que está bom.

Por esses motivos, pessoal, que eu fui contra e sou contra a expansão do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde. Agora, os trabalhadores que estão lá, que não têm nada a ver com essa discussão, que não têm nada a ver com essa briga, estão sofrendo com uma má gestão. Até uma emenda que eu fiz, acatada pelo governador Ibaneis, que era a expansão do plano de saúde para os trabalhadores do Iges, até hoje não foi implementado – até hoje! Se uma empresa até hoje não implementou o plano de saúde para os trabalhadores, para mim essa empresa não é boa, para começar. São esses os motivos que me fizeram votar contra essa expansão.

Todos que quiserem falar vão falar e eu quero que falem. Os sindicatos são bem-vindos aqui: temos o sindicato dos enfermeiros, o Conselho de Saúde representado, o sindicato dos médicos. Este é o momento para todos falarem. Se em algum momento vocês não tiveram fala, hoje vocês vão ter. O Guilherme vai fazer a inscrição e, assim que os nossos colegas da mesa falarem, vocês irão falar. Muitos deputados estão na casa e, quando vierem para cá, a prioridade de fala será deles. Quando o deputado chegar aqui e quiser falar, ele vai falar também. Então vamos ser pragmáticos, rápidos, para que sejamos entendidos.

Gostaria de lembrar que, a partir deste momento, estão abertas as inscrições daqueles que desejam fazer o uso da palavra. Os interessados em participar podem falar com o nosso Cerimonial.

Eu também vou fazer uma espécie de entrevista. A dúvida que eu tiver, vou perguntar aos que estão aqui na mesa. As minhas sessões não são nada convencionais, até porque eu acho que quem está nos acompanhando e quem veio para cá quer saber tudo. Eu tenho muitas dúvidas e queria, de verdade, que essas dúvidas fossem sanadas. E só mais um detalhe: tudo está sendo gravado, está sendo filmado. Então, sobre o que vocês falam, lógico, vocês têm responsabilidade, principalmente com a verdade.

Quero passar inicialmente a palavra à nossa representante dos trabalhadores. De quais trabalhadores? Daqueles que trabalham lá no instituto, desde os trabalhadores da limpeza e da conservação até o médico-cirurgião. Trata-se de uma pessoa que eu conheci no instituto em um momento de crise, em um momento muito crítico. Eu conheci a Carminha quando ela me procurou querendo ajuda para sanar um direito do trabalhador: o pagamento, que estava em atraso. Nem comia alguns trabalhadores tinham para comer. Muitos estavam indo trabalhar pagando passagem.

E o que me chamou mais atenção, Pafiadache, foi que naquele momento ninguém falava mal do instituto. Mesmo sofrendo, eles estavam lá apoiando o instituto; mesmo com os salários atrasados, eles o estavam apoiando. É lógico que chamavam o sindicato para fazermos o nosso papel, mas eles estavam ali defendendo o instituto.

Eu achei aquilo tão bonito e tão estranho! Pela primeira vez, eu vi trabalhadores do hospital trabalharem por amor. O dinheiro é importante? É óbvio que é importante, mas, naquele momento, eu vi que o amor sobressaía ao valor do salário, por incrível que pareça. Por que eu digo isso? Porque eu falava: "Vamos entrar com um processo, vamos denunciar, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo". E eles respondiam: "Não, vamos tentar por aqui, porque eles vão fazer. Atrasa, mas paga." Eu achei diferente, e naquele momento isso me chamou muita atenção.

Nós fizemos entrega de cestas básicas que conseguimos, fizemos entrega de panetones. Até peru nós entregamos para algumas pessoas, principalmente para aquelas que estavam com o salário mais atrasado e que tinham o menor salário.

Então, foi uma relação muito forte a que eu desenvolvi com aquele hospital. É por isso que eu criei aqui a Frente Parlamentar em Defesa do Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal. Desde o início, quando conheci o instituto, eu o venho defendendo, ajudando, colocando recursos, cobrando. Da última vez que eu estive lá, foi para fiscalizar uma emenda que eu mandei e que foi executada. Foram trocados todos os enxovais do instituto. Lá havia colchões e lençóis rasgados, de tão velhos. E nós trocamos tudo. Eu mandei 1 milhão de reais. Para mim, foi gratificante.

Uma das poucas coisas que me gratifica, como parlamentar, é isto, é poder pegar uma emenda parlamentar e colocá-la para fazer o bem, para ajudar alguém. É isso que gratifica. Eu sempre digo que ser deputado é 70% trabalho, suor, sangue e dor, e que 30% são alegria. Estes são os meus 30% de alegria: poder ajudar. Fiquei muito feliz em ver que fui útil naquele momento. Queria ser muito mais, mas, infelizmente, o instituto é mais um entre os tantos organismos de um sistema muito grande, que é a saúde do Distrito Federal.

Carminha, seja bem-vinda. Eu fiz questão de colocar você para compor a mesa, para falar para todos e representando todos, porque você, para mim, representa todos: você já levou ao meu gabinete, para falar sobre projetos, médicos, fisioterapeutas, técnicos de enfermagem, enfermeiros; você sempre defende, principalmente, quem está lá embaixo – os meninos da portaria, da limpeza e tudo –, então, para mim, você é a representante legítima.

Obrigado. Seja bem-vinda.

MARIA DO CARMO BARROS – Boa tarde a todos. Meu nome é Maria do Carmo. Todo mundo me conhece como Carminha. Eu sou enfermeira assistencial da UTI Adulto. Amo o que faço. Eu sou muito grata a Deus por trabalhar no ICTDF.

Estou muito preocupada com essa situação, que não é de agora. Nós temos 2 questões: temos a FUC, de um lado; e temos o Iges e o governo, de outro lado. No meio, estamos nós, colaboradores e pacientes, que, para mim, são os principais.

Eu quero perguntar ao senhor Pafiadache por que a FUC chegou a esta situação? E, se a FUC não ficar, ela vai pagar os nossos direitos trabalhistas?

Eu gostaria de fazer uma pergunta para os representantes do Iges, que não estão aqui, no momento. Como a briga é entre a FUC e o Iges, se o Iges assumisse, o governo manteria o modelo

ICTDF de ser – que funciona –? Eu gostaria de ter essa resposta.

Quero mandar um abraço para os 1.043 colaboradores do ICTDF, desde a rouparia, passando pela engenharia clínica, a higienização, a enfermagem, a radiologia, até o laboratório – a todos.

Eu gostaria também de dizer, deputado Jorge Vianna, que trabalhamos com amor, sim. O ICTDF tem uma essência... Eu já trabalhei em vários hospitais, todos aqui do DF, inclusive Marinha, Sarah; eu larguei o Sarah para ir para o ICT. Fiz enfermagem, especializei-me em cardiologia, UTI e gestão. Mas eu escolhi o ICTDF para minha vida porque ele funciona, porque ele trabalha. Nós trabalhamos com amor e temos uma essência que não achamos em nenhum outro local, a meu ver.

Porém, sim, estamos sofrendo; meus colegas estão sofrendo; nós temos muitos colegas afastados por *burnout*. Os trabalhadores estão ansiosos, com medo de perder o emprego, porque são pessoas, são pais de família, são mães de família. Esta é a minha bandeira lá dentro do ICTDF: acho que a direção desse hospital tem que ter mais transparência com essas pessoas, tem que acolhê-las. Dói muito em mim ver as pessoas doentes, afastadas, sobrecarregadas. Há equipes de trabalhos incompletas; uns favorecidos, e outros, não. É muita coisa. O ICT é muito bonito, mas há muita coisa lá dentro que precisa melhorar: materiais, o pessoal da engenharia clínica reclama muito, porque fica tentando reutilizar, colar e tudo. Então isso me preocupa, isso me dói.

Outra coisa que eu acho que todo mundo está vendo, vou aproveitar a oportunidade para dizer: nós não temos um lar, temos um hospital quebrado. Ocupamos 3 espaços no HFA, e somos muito humilhados lá. Até para colocarmos a maca, temos 1 elevador. Quando vamos fazer tomografia em um paciente, temos que ir pelo fluxo de maca maior. Não somos respeitados ali, e fazemos a diferença, nós trabalhamos. Então, isso dói muito para nós. Independentemente de quem for ficar, precisamos de um hospital, de um lar, de ter a nossa identidade, porque eu acho que não temos.

Ontem uma pessoa falou assim para mim: “Carminha, você é uma flor que entrou no ICTDF”. Eu sou uma flor, sim, mas me torno um cacto para defender o ICTDF. Estando lá como colaboradora, ou como usuária, sempre vou defender o ICTDF.

É isso o que eu tenho a dizer.

Quero agradecer a cada equipe. A equipe médica é maravilhosa. Gente, vocês não têm noção de como fazemos milagres naquela UTI. São pessoas dedicadas, médicos dedicados, enfermeiros, técnicos. A equipe técnica trabalha demais para dar conta de atender o que a secretaria pediu, que são 70 cirurgias cardíacas por mês. E damos conta, e isso não é fácil, é um trabalho árduo!

Para finalizar, eu quero dizer aqui para os transplantados: eu os admiro e acho que temos que pensar em vocês. Eu, trabalhadora, independente do que acontecer, tenho saúde e força para buscar outro emprego, mas e vocês que dependem do ICTDF? São quantos transplantes de coração, fígado, córnea, rim? Mas vocês somos nós.

Lembro-me de uma fala do doutor Luiz: “Nós temos um casamento com vocês, vocês são casados com o ICTDF”. Isso é verdade! Não existe um hospital privado, uma UPA, um posto que saiba cuidar do transplantado. Somos nós. Tudo que o transplantado sentir, ele pode ir lá na UDT, que é a emergência do ICTDF. Eles somos nós. Então, antes de qualquer coisa, temos que pensar neles e lutar por eles também.

Admiro demais o trabalho do seu Robério. O quanto o seu Robério é igual a mim! Ficamos de porta em porta de deputado, de empresário, de pessoas para nos ajudar.

Nós, colaboradores e, principalmente, os pacientes, estamos sofrendo. Então, precisamos por um ponto final nisso, fechar esse ciclo. Queremos somente trabalhar e atender os nossos pacientes. Qual mal há nisso?

É isso que eu tenho para dizer. Muito grata. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Carminha, você está falando como se fosse uma despedida. Não. Calma aí, há muita coisa para acontecer.

Estão aqui 2 colegas deputados: o deputado Chico Vigilante e o deputado Gabriel Magno.

Já vou facultar a palavra ao deputado Chico Vigilante, que chegou. (Pausa.)

O deputado Chico Vigilante quer ouvir mais.

Deputado Gabriel Magno, vossa excelência quer usar a palavra? (Pausa.)

O deputado Gabriel Magno quer ouvir mais também.

Vou passar, então, a palavra ao representante dos transplantados. O Robério é um cara que conheci há algum tempo.

É interessante como os transplantados são unidos, e não poderia ser diferente, não é? Acho que se trata de uma comunidade em que, se não houver união... Eles não podem viver cada um por si. Todos dependem da mesma coisa, todos têm o mesmo objetivo, ou seja, manter a saúde, manter o tratamento.

Quando eu soube que existia uma associação, um grupo de transplantados – eu já estive com vocês em alguns momentos –, achei muito interessante. No entanto, achei muito doloroso ver vocês tendo que correr atrás e buscar o óbvio. Uma vez, fomos ao governo, ao Buriti – não sei quem estava, vocês estavam, não é? –, para pedir o básico: “Queremos continuar com o uso dos remédios, queremos continuar o tratamento”. Diferentemente das outras doenças, que podem ou não matar, que podem não evoluir rapidamente, o transplantado parece que tem um relóginho, é uma luta contra o tempo. Não sabemos quando vamos morrer; o transplantado acha que é próximo, porque ele pode ser próximo.

Ser transplantado deve ser a coisa mais difícil do mundo. Você se preocupa com o órgão transplantado: “Será que ele vai continuar funcionando?”, “Será que estou fazendo certo?”, “A minha vida está...” Enfim, acho, Robério, que você pode passar para nós como é a vida de um transplantado.

O doutor André está chegando. Então, já vou fazer o convite: doutor André, o senhor pode participar conosco. Eu sei do seu compromisso, sei que o senhor estava lá, no transplante. É isso aí, cara. Convido o doutor André Watanabe, diretor clínico do ICTDF, a compor a mesa. (Palmas.)

O doutor Jorge está aqui também. Já estivemos juntos – é muito bom vê-lo aqui. Você também falará.

Concedo a palavra ao Robério Melo. Seja bem-vindo. Muito obrigado.

ROBÉRIO MELO – Boa tarde a todos. Meu nome é Robério Melo. Eu sou transplantado de fígado há quase 7 anos.

Desde 2018, eu venho em uma luta solitária, tentando ajudar o hospital, o ICTDF: atrás de deputado, pedindo verba, às vezes, faltava dinheiro no hospital. Em 2020, juntaram-se a mim mais 3 transplantados: a Alice, a Elaine e o Carlos. Nós percebemos que o hospital passava por dificuldades e começamos a correr atrás de dinheiro, tentando ajudar o hospital.

Nós somos pacientes – o nome diz: paciente. O paciente está esperando atendimento, procedimentos, mas chega uma hora em que a paciência se esgota. Há 5 anos, o nosso contrato de transplante está vencido. Eu tenho corrido atrás desse contrato. Onde vocês possam imaginar, eu fui atrás: Conselho Nacional de Saúde, Câmara Legislativa, Senado Federal. Só faltou o STF. Eu já estava querendo agendar uma reunião com um dos ministros para falar desse contrato de transplantes que não acontece.

A falta de dinheiro do hospital era justamente por isso, porque não havia um contrato. Hoje, os transplantes são feitos por verba suplementar, acho que é isso... Verba indenizatória, desculpem-me. Demora 3 a 4 meses para aparecer o dinheiro e o hospital fica passando por esses perrengues, o que não faz sentido. Se o dinheiro está ali e foi feito o transplante, tem que pagar!

Quero deixar uma coisa muito clara: eu acho que essa intervenção já deu o que tinha que dar. Eu acho que nem devíamos estar discutindo a intervenção, quem vai assumir, quem não vai assumir; eu acho que tínhamos de estar discutindo a melhoria dos transplantes, do transplante de pulmão, de pâncreas. É isso que tínhamos que estar discutindo hoje e não essas picuinhas de governo, que não quer pagar, que fica com um monte de histórias, de que não cabe falar aqui.

Quero dizer um pouco da vida do transplantado. Deputado Jorge Vianna, todo dia, quando acordo, é um novo dia, é um renascimento. Eu renasci dentro da minha própria vida. Com o transplantado, acontece isto: renasce dentro da própria vida depois de um “sim” de uma família que nem conhece, mas que vai levar para o resto da vida. Depois do meu transplante, eu nunca mais me senti só. Parece que eu tenho um anjo comigo; parece que há uma pessoa comigo o tempo todo. Eu acho que isso é loucura às vezes; mas, às vezes, eu tenho essa presença de uma pessoa comigo.

Então, a cada dia, é um renascimento. Há os remédios que são essenciais para a nossa vida, mas que têm muitos efeitos colaterais. Hoje, eu me tornei um cara diabético por conta do tacrolimo. E há vários efeitos: você perde cabelo, você fica irritado, você perde a fome, você perde o sono. Essa é a vida do transplantado, mas vale a pena. Eu quero viver mais. Eu preciso viver mais. Há muitas coisas que nós podemos fazer. O nosso instituto tem muitos projetos para o transplantado e para o pré-

transplantado.

Uma moça que estava com o marido internado no hospital me mandou uma mensagem outro dia: "Senhor Robério, o senhor pode me fazer um Pix de 15 reais? Porque eu queria tomar café. Eu não tomei café hoje." São essas coisas que nos motivam a trabalhar mais. É uma pessoa que veio do Norte, que trouxe o marido, que não tem recursos e que vemos sofrendo no dia a dia do hospital, porque não tem onde ficar. Não há uma casa de passagem em Brasília para acolher essas pessoas. Então, são vários projetos que nós temos em prol dos transplantados e dos pré-transplantados.

Eu quero deixar muito claro que eu defendo o ICTDF como se fosse a minha vida, porque, realmente, é a minha vida.

Desde 2019, nós perdemos o atendimento de urgência e emergência. Isso, para mim, é fundamental. Eu não admito um transplantado ter que ir para o pronto-socorro do Hospital de Base, um cara imunossuprimido ficar dentro daquela confusão lá se há o ICTDF. Esta é a minha luta: conseguir atendimento de urgência e emergência para o transplantado.

Eu quero parabenizar todos os colaboradores do ICTDF independentemente de setor. Eu sinto que os colaboradores estão ficando doentes. Você chega a um setor, procura uma enfermeira, e dizem: "Ah! Está de atestado." Eu acho que precisamos cuidar de quem cuida, e essas pessoas cuidam muito bem de nós.

Eu quero agradecer de coração a todos vocês que trabalham no ICTDF e dizer que, em nenhum momento, eu vou trair vocês, porque o ICTDF tem que continuar funcionando e nos moldes do ICTDF. Eu não sei quem vai assumir o ICTDF, se vai cair alguém de paraquedas lá para administrar, mas, em momento nenhum, nós vamos abandonar o instituto.

É isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Eu queria fazer umas perguntas para você, Robério. A primeira é: você sentiu diferença na mudança de gestão do ICTDF com a intervenção? Você ou alguém da turma dos transplantados, dos pacientes?

ROBÉRIO MELO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – São quantos os transplantados aqui em Brasília?

ROBÉRIO MELO – Hoje, nós temos em torno de 18 mil. Só no ICTDF, deve haver quase 3 mil, 2.700 ou 2.800. São pessoas que fizeram transplante fora e vieram morar aqui; são pessoas que fazem transplante em outros hospitais.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Eles fazem a continuidade do tratamento onde?

ROBÉRIO MELO – Começamos pelos hospitais particulares. Se ele tiver plano de saúde, ele faz lá; se ele não tiver, nós o levamos para o ICTDF, porque é SUS.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Então, são 18 mil, e, desses, pelo menos uns 3 mil são transplantados do ICTDF.

ROBÉRIO MELO – Sim, em torno de 2.900, 2.700.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Sentiu diferença na mudança da gestão depois que começou a intervenção?

ROBÉRIO MELO – Quanto ao atendimento, não, eu não senti diferença. Não mudou nada. Todo mundo tocou a vida como se estivesse normal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Beleza.

Carminha, você sentiu diferença depois que começou a intervenção? Melhorou, piorou, manteve, voltou a ser o que era?

MARIA DO CARMO BARROS – Sendo bem sincera, sim. Eu lembro que, na época da Valda... A Valda é uma pessoa que faz muita falta, porque, mesmo com todas as dificuldades – nós estávamos sem contrato –, ela era muito transparente. Ela trazia a equipe para o lado dela e dizia: "Estamos no mesmo barco". Depois da Valda, ficou muito mais fechado, faltou um pouco mais de transparência. Atualmente, com a intervenção, pelo menos, salário, material e outras coisas não têm faltado. Então, eu não tenho o que dizer, não. Para mim, a FUC deixou muito a desejar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Mas isso foi de algum tempo para cá ou sempre foi assim?

MARIA DO CARMO BARROS – Foi por partes, deputado Jorge Vianna. Houve uma época que era boa, houve uma época que ficou muito ruim, e agora está equilibrado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Está bom.

Doutor André Watanabe, obrigado pela presença. Boa tarde. Seja bem-vindo. Muitos, inclusive eu, querem ouvir sobre os ânimos da classe médica do Instituto de Cardiologia.

Com a palavra nosso querido amigo doutor André Watanabe, diretor clínico.

ANDRÉ WATANABE – Boa tarde a todos. Boa tarde, deputado.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de dar voz às pessoas que trabalham no Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal. Acho muito importante podermos colocar a nossa visão. Acho que esta comissão geral veio muito a calhar neste momento tão complicado e difícil que o instituto está vivendo com a possível troca de gestão. Acho que esta é uma oportunidade única de falarmos, demonstrarmos os nossos sentimentos, entendermos um pouco da história e de como funciona esse hospital.

Eu trabalho lá há 12 anos. Sou médico, formei-me na Universidade de Brasília e fiz parte da minha especialização fora. Quando voltei a Brasília, comecei a trabalhar lá, justamente dando início aos programas de transplantes. Isso foi em 2012. Lá se vão 12 anos. Já era a gestão da Fundação Universitária de Cardiologia.

Então, é importante lembrar que os programas de transplante nasceram, cresceram e ganharam corpo na gestão da Fundação Universitária de Cardiologia. Não sou da diretoria da fundação nem vim aqui para defendê-la, mas acho que vale a pena relembrarmos um pouco o histórico e as coisas que aconteceram ao longo dos anos.

Estou na diretoria médica. Como gerente-geral de assistência, estou responsável por toda a parte assistencial do hospital, que é a alma dele. O hospital funciona para entregar um bom serviço na assistência. Nesses últimos quase 5 anos, como diretor médico e gerente-geral de assistência, eu pude vivenciar muita coisa que posso relatar, especialmente sobre como funciona o hospital.

Apesar de estar na diretoria, continuo à frente do programa de transplante de fígado. Inclusive, peço desculpas pelo atraso, porque eu estava fazendo um transplante de fígado agora, no hospital. Saí correndo de lá. Graças a Deus, o transplante correu muito bem.

Hoje conseguimos fazer o transplante com um órgão que veio de Manaus. Sabem por que o órgão veio de Manaus? Porque em Manaus, cidade grande, não há um serviço de transplante de fígado. Não há um serviço de transplante de fígado praticamente em toda a região Centro-Oeste e Norte do país, a não ser no Instituto de Cardiologia.

Por que isso acontece? Porque são serviços muito especializados e que dependem de médicos disponíveis o tempo inteiro: de manhã, de tarde, de noite. Esse órgão foi retirado às 2 horas da manhã. Começamos a cirurgia às 8. É preciso ter equipes disponíveis para se deslocarem e tirarem órgãos na madrugada. Como fazer isso sem um modelo de gestão que premia a eficiência, a produtividade e a qualidade? Não é simples. Se fosse simples, os grandes estados teriam esse serviço disponível.

Então, os programas de transplante no Instituto de Cardiologia, com resultados expressivos, colocam o Distrito Federal em primeiro lugar, há uma década. O Distrito Federal é o primeiro lugar em número de transplante de coração e fígado por milhão de pessoas. Nós fazemos mais que o dobro do segundo colocado, em termos proporcionais. Isso é muito expressivo.

Por que isso acontece? Pela maneira como o hospital funciona. O hospital tem capacidade de comprar insumos especializados com agilidade; de contratar pessoas, que são mão de obra extremamente específica, de maneira ágil, de maneira rápida; tem como disponibilizar equipes de anestesia, equipes assistenciais multiprofissionais. Tudo isso para que esses programas possam funcionar.

Então, a maneira como esse hospital foi concebido e como ele funciona por meio de uma mantenedora que tem essa capacidade de comprar, de contratar, de adquirir equipamentos com facilidade e com agilidade, mas também com transparência, é o que faz esse hospital entregar esses resultados que eu acabei de relatar.

Há 12 anos, quando eu entrei lá, o hospital funcionava de uma maneira exemplar. Nós tínhamos um hospital que era invejado no país inteiro. Eu, um jovem cirurgião, recém-saído da residência, vim a esse hospital para começar esse programa de transplante de fígado, e nós tivemos

tudo de que precisávamos para dar andamento e para conseguir chegar hoje a mais de 750 pacientes que fizeram transplante de fígado no Instituto de Cardiologia nos últimos 12 anos, incluindo esse daqui que está ao nosso lado.

Porém, lá não há apenas números expressivos. Nós publicamos o melhor resultado do Brasil de sobrevida em 1 ano desses pacientes transplantados; ou seja, não é apenas em número, mas em qualidade que esse hospital se destaca.

Quando eu fui para a diretoria, já em uma situação bem complicada – o hospital já estava sofrendo decadência –, eu pude entender um pouco do que estava acontecendo naquele momento. Havia até então – até 2018, deputado – 2 contratos com a Secretaria de Saúde que permitiam que o hospital operasse de maneira equilibrada. Havia recurso. Construiu-se um terceiro andar no prédio – porque aquele prédio só tinha 2 andares – onde foi criado um andar inteiro para o programa de transplante de medula óssea – também o único do SUS do Distrito Federal. Para isso, foi necessário um andar especializado, com filtro de ar, todo preparado para esse tipo de transplante.

A partir de 2018, 1 desses contratos foi suspenso, e nós ficamos com 1 contrato, o Contrato 046-2016, que era extremamente deficitário. Porém, deficitário quanto? Eu vou falar em números para vocês entenderem.

Nós realizamos cirurgia cardíaca, o nosso principal procedimento, lá. Para a realização de uma cirurgia de revascularização miocárdica, a famosa “ponte de safena”, por meio do Contrato 046-2016, pagava-se ao hospital um montante de 20 mil a 25 mil reais. Para a realização dessa cirurgia de peito aberto, que envolve altíssima complexidade, internação na UTI, às vezes, de 10 a 15 dias de internação total – isso quando o estado do paciente não se complicasse e ele não ficasse muito mais tempo lá –, era isso o que o hospital recebia.

Esse Contrato 046-2016 vigorou de 2016 até 2022. Assim, durante todo esse período – principalmente depois de 2018, em que o outro contrato foi perdido –, quanto mais procedimentos o hospital realizava, pior ele ficava. Por que não falaram nada? Na época, eu não estava na diretoria; mas, em 2018, os representantes tomaram a frente. Eles tentaram negociar outros contratos, melhorar os valores, sempre na promessa de que soluções iriam acontecer em algum momento. E o que aconteceu? O hospital nunca, nunca quis interromper os atendimentos. Talvez esse tenha sido o maior erro dele, porque, em 2018, quando saiu o contrato bom e ficou apenas o ruim, deveríamos ter dito: “Nós não vamos fazer mais!” – mas não!

Tenho aqui os números. Os números de procedimentos realizados em 2017, 2018 e 2019 são muito semelhantes, porque sempre se tentou manter os atendimentos. Mesmo no primeiro ano em que saiu o contrato bom e ficamos só com o Contrato 046-2016, o déficit foi de 33 milhões de reais. Assim, o hospital foi se endividando – ele foi se endividando como? –, mantendo os atendimentos para nunca ter que interrompê-los.

Chegou-se a um momento, em 2020 – quando o hospital já não tinha mais condições de se manter, pois havia um déficit enorme –, em que veio a pandemia, com uma inflação enorme dos insumos, diminuindo o número de procedimentos eletivos. Essa foi a época da grande crise que o senhor presenciou quando o hospital praticamente fechou as portas. Tivemos que interromper os novos atendimentos e fechar unidades. O hospital estava na mídia o tempo todo por causa da questão das crianças – o doutor Jorge Afiune está presente e pode lembrar bem que as crianças precisavam ser operadas. Lá era o único lugar que fazia o procedimento, e não havia insumos para fazê-lo. Isso culminou em 2018. O único fato de que me lembro agora e que me chama muito a atenção é que, em 2018, não houve intervenção. Esse foi o pior momento desse hospital até hoje. Ninguém foi lá intervir para nos salvar com as unidades fechadas, sem podermos realizar cirurgias pediátricas ou cirurgias para adultos. Isso gerou, na época, 2 ações civis públicas contra a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a respeito de cirurgias cardíacas pediátricas e de cateterismos, porque não estávamos realizando esses procedimentos. Ninguém foi intervir no hospital.

O fato é que, felizmente, conseguimos, em agosto de 2022, assinar um novo contrato de cardiologia, que deu novo fôlego para o hospital. Recebemos, de 2020 a 2022, verbas excepcionais do Ministério da Saúde – que reconheceu a importância, não só local, mas regional e nacional dessa instituição – que deram fôlego para que o hospital pudesse continuar funcionando. Com esse novo contrato de cardiologia, assinado no final de agosto de 2022, o hospital começou a sua recuperação. Isso veio de maneira equilibrada. É óbvio que o passivo criado nesse período, até chegar a esse momento, era enorme – todo dia batia à nossa porta. Porém, o hospital começou a se recuperar e retornou a funcionar na sua plenitude. Em 2023, ele atingiu um dos seus melhores anos.

Porém, cabe lembrar que, em agosto de 2022 – como o Robério lembrou bem –, foi assinado o contrato para cardiologia, e não foi assinado um novo contrato para transplantes. O contrato para transplantes ainda continua sem existir. Acabei de realizar no hospital um transplante que não tem contrato, e ainda estamos recebendo por verba indenizatória. Como os senhores sabem bem, verba indenizatória não tem reserva orçamentária, não tem plano de pagamento. Nós fazemos isso na esperança de, em algum momento, recebermos. Porém, além disso, por não haver essa regularidade, os valores que estamos recebendo com relação aos transplantes, deputado, ainda são os mesmos valores do Contrato 046-2016.

Então, apenas para citar em números, o hospital realiza transplantes de coração. Ele é o 2º maior transplantador de coração do Brasil, só perde para o InCor, em São Paulo. Eu estou falando em números absolutos. Para a realização de um transplante de coração, hoje, no Instituto de Cardiologia, paga-se 70 mil reais. Imaginem um transplante de coração: o paciente fica internado de 30 a 60 dias, utiliza-se equipamentos extremamente complexos; e recebemos 70 mil reais. Não há gestão milagrosa que vá conseguir fazer com que essa conta feche. Isso é impossível!

Então, hoje, o hospital continua realizando os transplantes de coração; continua realizando os transplantes de fígado; continua realizando os transplantes de medula óssea autólogos para receber 20 mil reais por transplante, por tudo – pagar o médico; os enfermeiros; os técnicos; os materiais; a internação; o aluguel para o HFA; tudo. Para tudo isso, temos que viver com esse valor.

Realmente, as condições que foram impostas a esse hospital nos últimos anos são condições extremamente difíceis. Eu estive nesta casa pessoalmente, com vários deputados, ao longo desses anos, pedindo o auxílio, pedindo emendas, que nos ajudaram muito a renovar o nosso parque tecnológico – ainda estamos recebendo muita ajuda.

Eu acho que é fácil agora falar da gestão, mas é preciso entender os números e o que vivemos lá no dia a dia. Então, como diretor da área assistencial, a prioridade nunca foi interromper os atendimentos – muito pelo contrário, eu acho que a conta que estamos pagando hoje foi por sempre termos privilegiado o atendimento, por sempre termos feito muito além do que poderíamos fazer com o que estávamos recebendo.

Então, eu venho aqui – e temos travado uma luta grande – para que esse hospital continue funcionando; mas, principalmente, para que ele continue funcionando desta maneira: que faz com que os médicos; os enfermeiros; os técnicos saiam de madrugada para irem captar os órgãos à distância, para realizarem transplantes de madrugada – como nós fizemos hoje.

Tudo isso acontece – e vai continuar acontecendo – se esse modelo de funcionamento do hospital conseguir prevalecer. Se isso for mudado – nós conhecemos, e os senhores deputados conhecem muito mais; os senhores têm visitado os hospitais públicos, têm visto as dificuldades; sabem que uma gestão amarrada, uma gestão em que não haja essa preferência pela qualidade, pela produtividade, pela premiação daqueles que trabalham mais, que se dedicam mais –, ele não vai funcionar dessa maneira.

Então, eu espero muito que esta casa continue atenta a esses próximos passos, que continue vigilante com as questões que têm sido ditas, e que têm sido colocadas sobre essa instituição. Hoje, eu estou aqui dizendo o que eu vivo e vivi nos últimos 12 anos dentro dessa instituição. Nos últimos 5 anos como diretor da área assistencial, eu tenho muita esperança de que a solução – uma boa solução – para esse hospital vai aparecer, com a participação de toda a sociedade, mas muito também com a força e com a ajuda dos deputados desta casa, que, na última semana, mostraram que têm uma força muito grande.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, doutor André.

Contamos com a presença da deputada Paula Belmonte, a quem eu faculto a palavra, caso sua excelência queira, bem como aos demais colegas parlamentares.

Doutor André, em Brasília, há quantos médicos que realizam transplantes, seja de fígado, seja cardíaco – o senhor sabe dizer? O senhor realiza transplantes de fígado?

ANDRÉ WATANABE – Isso. A minha equipe é a responsável pelos transplantes de fígado. São equipes separadas. Há a equipe de transplantes cardíacos, que é a mesma que faz as cirurgias cardíacas no hospital; há só 8 médicos dentro desse grupo, que realizam, em média, de 60 a 70 cirurgias por mês no hospital.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Oito médicos, apenas no ICTDF?

ANDRÉ WATANABE – Apenas no ICTDF. Eu estou falando de números do ICTDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Eu quero saber quantos médicos há em Brasília, contando em hospitais privados. Você consegue mensurar isso ou não?

ANDRÉ WATANABE – Não. Isso eu não sei lhe dizer, porque há grupos em hospitais privados que não trabalham com a medicina pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – É difícil conseguir médicos cirurgiões de transplantes?

ANDRÉ WATANABE – Sim, posso dar o exemplo da minha equipe. Hoje nós somos 10 médicos, 5 cirurgiões; desses 5 cirurgiões, 2 eu formei lá. Eles são médicos que fizeram 2 residências; depois, fizeram a especialização de 1 ano conosco, na área de transplante de fígado, para poderem trabalhar lá. Portanto, tivemos que formar as pessoas para que fossem agregados à equipe, porque não se acha esse pessoal disponível tão facilmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Então, qualquer empresa que entrar vai ter dificuldade em captar esses profissionais?

ANDRÉ WATANABE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Tanto para transplantes de fígado como para de coração e tudo o mais?

ANDRÉ WATANABE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Então, esse é um problema com o que temos que nos preocupar, porque, havendo a mudança da gestão, a empresa que entrar deve manter os que estão ou contratar mais profissionais. É lógico que isso vai depender de quem entrar, mas eu vi que os médicos fizeram um manifesto, dizendo “não” ao Iges. Porém, é “não” ao Iges ou “não” a qualquer outra gestora?

ANDRÉ WATANABE – O doutor Jorge Afiune, que é diretor clínico, representante do corpo clínico, está aqui e poderá falar melhor sobre isso.

A manifestação que foi feita – eu estava presente na assembleia – disse “não” à tramitação em caráter de urgência, como estava sendo proposto, para que houvesse uma discussão ampla sobre uma nova gestora. Então, não houve esse posicionamento de “não” a outras gestoras.

O que foi muito preocupante naquele momento foi a maneira como estava sendo proposta essa mudança, não deixando nem espaço para que, como hoje, pudéssemos discutir e debater sobre isso. Porém, não há, dentro do corpo clínico, um sentimento de que não possam vir outras – isso é uma solução que nós achamos que é possível; não é decisão nossa. O que nós esperamos que seja mantido é o modelo de como o hospital funciona, que não é a maneira como o Iges funciona. Foi isso que nos preocupou bastante.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Entendemos.

Eu quero registrar a presença da Isa Leal e da Josy Jacob, diretoras do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal, meu sindicato; doutor Alexandre Omena, diretor jurídico do SindMédico-DF; Joselice Moura, representando o Núcleo de Ensino do ICTDF; Miguel Antonio, representando a comissão de técnicos de enfermagem aprovados no concurso da Secretaria de Saúde; Grazielle de Sousa Barrozo, diretora da Regional de Ensino São Sebastião; Jeferson Bulhosa Júnior, conselheiro do Conselho de Saúde; Márcio da Mata Souza, diretor financeiro do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal; Barbara Ghestes, paciente transplantada do ICTDF.

Eu gostaria de ouvir a fala da área jurídica. Então, convido a Vanessa de Medeiros, que é da Comissão de defesa das Pessoas com Doenças Crônicas e Raras. (Palmas.) Por favor, venha para a mesa conosco, porque lhe farei algumas perguntas. Pessoal, vou deixar o discurso do general Pafiadache para o final, porque há muitas perguntas a serem feitas. Com certeza, o tempo será maior.

Deputado Gabriel Magno, enquanto a Vanessa se posiciona, concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente. Eu pedi a palavra para fazer uma breve saudação, porque vou ter que ficar entrando e saindo da reunião, estamos dando conta de várias tarefas, mas a estamos acompanhando. Deputado Jorge Vianna, parabéns por esta importante iniciativa!

Saúdo o general Pafiadache, que está na direção do instituto, e todos que compõem a mesa, os profissionais, o corpo clínico e os pacientes, que são fundamentais nessa história.

Quero dizer, deputado Jorge Vianna, o compromisso que esta casa pactuou no dia de ontem. Na verdade, desde o dia em que o projeto chegou a esta casa, houve o esforço do conjunto dos parlamentares. Acho que essa foi uma luta unânime do parlamento, da Câmara Legislativa. É muito importante quando a Câmara Legislativa – deputada Paula Belmonte – se unifica em torno de grandes causas, e esta é uma delas: o necessário fortalecimento, seja da rede SUS, seja de uma área tão específica e tão importante da alta complexidade, que é a cardiologia, a área de transplantes.

Precisamos ter responsabilidade, como poder público e como Estado, não só com os profissionais que estão na ponta no dia a dia, mas fundamentalmente com a vida das pessoas – estamos falando essencialmente disso.

O projeto chegou a esta casa com o intuito de transferir o instituto para o Iges sem amplo debate, sem ouvir inclusive os principais interessados no assunto – porque é importante ouvir quem está sendo transferido –, para que apresentassem números, dados e pensassem soluções coletivas. Obviamente, temos e podemos ter divergências sobre as soluções, sobre o melhor modelo, mas é fundamental que escutemos, é fundamental discutirmos a saúde a partir desse ponto de vista. O consenso que se firmou, nesse primeiro momento, de que a melhor solução não é transferir o Instituto de Cardiologia e Transplantes para o Iges foi muito importante nessa mobilização para também trazer luz a esse debate. Por isso, parabéns ao deputado Jorge Vianna por esta comissão geral.

Esse debate continuará. Ontem o governo fez um compromisso com esta casa ao retirar o projeto. Destaco aqui 2 importantes compromissos firmados. Primeiro, há a mudança necessária – pelo que se tornou público – do interventor. É preciso garantir que nesse novo processo não haja conflitos de interesses. Segundo, há o prazo de 30 dias que foi firmado ontem e que já é público, obviamente, para se fazer uma nova chamada pública. Esta casa exercerá a sua função de controle e de fiscalização mais fundamentalmente escutando as pessoas.

Eu vou continuar acompanhando a sessão, mas, daqui a pouco, terei que sair. Eu quero ouvir o general, que estará aqui novamente na segunda-feira. Acho importante esse diálogo com os parlamentares. O deputado Jorge Vianna, membro da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, tem atuado brilhantemente e colocado esta comissão à disposição do instituto, das entidades e das organizações aqui presentes, como a deputada Paula Belmonte também tem feito na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Esse é um tema muito caro para nós, e queremos transparência para a população do Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, deputado Gabriel Magno, presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura – essa comissão trabalha muito.

Concedo a palavra a Vanessa de Medeiros Fernandes, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Crônicas e Raras da OAB-DF. Vanessa, muito obrigado por ter vindo.

VANESSA DE MEDEIROS FERNANDES – Obrigada. Agradeço a todos a presença.

Este é um momento bem sensível em que nós temos que ver o que é prioridade. Quando temos um problema de saúde na nossa casa, isso se torna prioridade, e deixamos todos os nossos gastos voltados para aquele momento.

A OAB-DF, quando pensa nos pacientes com doença rara, lembra que muitos vão para a fila de transplante – isso, para nós, é prioridade zero. Nós estamos bem alinhados com o Ministério Público com relação a fazer o chamamento público para o ICTDF e, assim como o Ministério Público, recomendamos que se regularizem os contratos de transplantes. Nisso estamos bem alinhados.

Nós estamos à disposição de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – É importante que a senhora participe mesmo, com lupa. Quando sair o edital – a promessa é de que sairá em 30 dias, mas pode ser que não seja assim –, é lógico, aqueles que se credenciarem têm que estar muito atentos, não somente nós, parlamentares, mas a OAB e o Ministério Público também.

Aqui há uma deputada que é muito atenta com essas questões: a deputada Paula Belmonte. Inclusive, deputada Paula Belmonte, eu já tenho algumas informações, e irei fazer algumas perguntas. É bom que vossa excelência ouça, porque são informações que eu obtive; contudo, ainda não foram divulgadas.

Obrigado, doutora, por ter vindo.

A senhora quer falar mais alguma coisa? Pode ficar à vontade.

VANESSA DE MEDEIROS FERNANDES – Nós temos que estar ligados nos prazos. O dia 2 está aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – O prazo do término?

VANESSA DE MEDEIROS FERNANDES – É.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – ... da intervenção? Provavelmente, ele será prorrogado, até por conta da decisão do governo.

Deputada Paula Belmonte, muito obrigada por ter vindo. Eu sei que a sua comissão irá trabalhar muito, nesse momento, com relação aos números, porque as indagações que eu vou fazer aqui são indagações que, provavelmente, chegarão à comissão de vossa excelência, e temos que saber a verdade. O objetivo de trazermos essa comissão é justamente para ouvirmos um lado e outro; porém veio apenas um lado – o outro não veio. Então, vamos ouvir o lado que está aqui e perguntar-lhe exaustivamente sobre as nossas dúvidas.

Muito obrigado por ter vindo, deputada.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata, deputado.

Inicialmente, parabenizo todos que estão presentes falando e trazendo à tona um ponto sensível sobre o Instituto do Coração (*sic*). Isso também traz à tona como é o sistema de saúde do Distrito Federal. Então, parabenizo a forma como a Câmara Legislativa, em nome do senhor, realiza esta comissão geral. Estava também agendada uma comissão geral para tratar de um tema muito importante a todos nós – o PPCUB – e foi cancelada para que se realizasse esta comissão geral, pela urgência do tema.

Então, parabéns ao trabalho do senhor, que tem essa grande bandeira, que é a saúde pública do Distrito Federal!

Quero aqui me colocar também à disposição. Hoje, na Câmara Legislativa, sou presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para a qual a Secretaria de Saúde e o Iges vêm prestando contas de 4 em 4 meses. E podemos perceber e observar a fragilidade do nosso sistema, o custo que foi colocado e a operacionalidade de todas as situações.

Como deputada federal, fui parceira do Instituto do Coração (*sic*), destinando emendas. Sabemos do compromisso que esses profissionais têm. Como foi falado pelo doutor André, todas as vezes em que eu tive oportunidade de visitar o instituto, percebi não somente um compromisso com o salário e com a doação, mas também com a missão. Esse é um hospital que hoje precisa realmente ser reequipado e de investimento. Percebemos que ali as pessoas estão por uma missão: salvar vidas. Como foi dito aqui, é o segundo hospital brasileiro em transplante de coração. Isso não é qualquer número. Estamos falando do Distrito Federal comparado a São Paulo, ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte. Isso é algo que precisamos olhar com muita atenção.

Aqui eu aproveito, deputado, para trazer algumas situações que nós, como sociedade, como parlamentares, precisamos olhar. Essas são situações que o Iges nos trouxe, também, para observarmos. Não sou contra o sistema do Iges – já deixei isso claro –, sou contra como a gestão do Iges está colocada.

Hoje nós vimos uma fragilidade. Falou-se em insumos; em troca de insumos em estados; em atraso, porque houve glosa de pagamento. Porém, hoje, segundo a nossa Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, o Iges faz troca diária de insumos com a Secretaria de Saúde – com a Secretaria de Saúde fornecendo –, e não é feito nada. Hoje, o Iges não cumpre as metas específicas, que ficam aquém da necessidade da nossa população, porque elas foram definidas quando havia um número menor de habitantes – e, hoje, estamos falando de 3 milhões de habitantes. As metas ficam aquém da nossa necessidade e não são cumpridas nem glosadas. Isso não justifica a situação, mas essa é a realidade.

Eu coloco isso como oportunidade de mostrar que nós precisamos discutir, sim, a saúde do Distrito Federal e realmente a responsabilidade do que está sendo cumprido e proposto pelo Iges. Hoje, 70% do orçamento do Iges é gasto com pessoal, e nós não sabemos como é a forma de seleção. Nós vamos entregar o Instituto do Coração (*sic*) ao Iges? Não há lógica em um negócio desse.

Eu vejo que houve um sufocamento. A minha observação é a de que houve um sufocamento.

Eu não posso dizer que ele foi proposital, mas houve. É muito estranho – e eu estou falando isso, porque sei que todo mundo sabe – serem glosados os valores, quando se fala: “Olhe, se eu não conseguir pagar, eu não pago. Faz-se a intervenção e, um dia depois, paga-se”. Então, temos que ver essas coisas, olhá-las com muito critério para que não oneremos, mais uma vez, a população do Distrito Federal.

Eu quero elogiar esta casa quanto à pressão feita para que o governo recuasse e fizesse o chamamento público. Que esse chamamento público seja o mais transparente possível.

Também há outra questão: hoje há um passivo trabalhista, e nós precisamos garantir a esses funcionários, quando forem transferidos para a instituição que ganhar esse chamamento, o recebimento dos seus salários. Precisamos criar uma comissão, senhor presidente desta sessão, deputado Jorge Vianna, para acompanharmos muito de perto esse chamamento público, como ele será feito e quais instituições estarão aptas a participar dele.

Nesse ínterim, eu conversei com algumas pessoas e não vi nenhuma pessoa defendendo a FUC, no sentido de que tem que ser ela a responsável. Eu vi defendendo o Instituto do Coração (*sic*), quanto à agilidade da gestão. Essa é uma realidade, e precisamos mantê-la. Qual será a instituição? Nós precisamos fazer com que essa instituição seja aquela que cumpra o seu dever e as suas metas, que traga transparência e agilidade para que as pessoas continuem contando com o Hospital do Coração (*sic*).

O Hospital do Coração (*sic*) hoje não significa política pública de saúde para o Distrito Federal; significa política pública de saúde para o brasileiro, porque várias pessoas do Brasil inteiro vêm aqui para ser atendidas no Instituto do Coração (*sic*).

Eu quero parabenizar todos nós, a Câmara Legislativa, e pedir a todos da plateia, cidadãos brasilienses, que comecem a olhar a saúde do Distrito Federal com muita responsabilidade, porque hoje o sistema é extremamente oneroso e tem pouco resultado. A cada dia, vemos mais pessoas morrerem nas filas dos hospitais por falta de médicos e insumos. Não há condições reais de trabalho, porque ninguém consegue trabalhar em um ambiente onde não há insumo, não há estrutura, nem há pessoas.

Eu me coloco inteiramente à disposição, com o deputado Gabriel Magno, com o senhor e com outros parlamentares que têm ligação com a saúde, para que pensemos nisso como uma política pública não para as próximas eleições, mas para as próximas gerações.

Estou grata por esta oportunidade. Ficarei aqui só por mais um tempo, pois vou ao Clube do Exército receber um prêmio que diz respeito à mulher empreendedora. Não poderei ficar até o final, mas a nossa equipe vai acompanhar esta comissão geral.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Deputada Paula Belmonte, obrigado pelas palavras. As informações que temos passaremos para o gabinete de vossa excelência para que passem pela Comissão de Transparência.

Concedo a palavra ao nosso decano, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Quando se quer chamar alguém de velho, chamam-no de decano – brincadeira. (Risos.)

Primeiro, inicio dizendo que fui contra a criação do Iges e continuo sendo contra o Iges. Eu disse para o general, quando foi sabatinado para ir para o Iges, que o Iges não tinha jeito. O general deve estar lembrado disso.

A verdade é que existe um sistema de desmonte da saúde pública do Distrito Federal. Todo mundo sabe – especialmente quem mora aqui há algum tempo – que o Hospital de Base era a grande escola que tínhamos no Brasil e no Centro-Oeste. O Hospital de Base, até onde sei, realizava todo tipo de transplante.

Eu tive a felicidade de ter como amigo uma das pessoas mais extraordinárias que conheci, o médico Roland Montenegro, que foi médico do Hospital de Base. Infelizmente, ele morreu naquele acidente de avião que houve no Amazonas. O Roland foi um cidadão que nunca pensou em dinheiro. Ele acreditava em medicina pública, em saúde pública. Ele foi médico no Hospital de Base. Como dava gosto ver o Roland com um bocado de estudantes ensinando-os! Um dia conversávamos, deputado Jorge Vianna, e ele me disse: “Chico, eu estou ensinando esses meninos, porque eu não tenho o direito de guardar o que eu sei. Eu quero transmitir meus conhecimentos para outras pessoas”.

Sei da tristeza dele quando viu o Hospital de Base sendo desmontado.

Portanto, nós já tivemos algo excepcional e extraordinário no Distrito Federal, algo realmente público.

O antigo Instituto do Coração do Distrito Federal surgiu na hora de desespero de um pai, quando morreu o Luís Eduardo Magalhães, ex-deputado federal com quem convivi na Câmara dos Deputados. O Antônio Carlos Magalhães, que era o pai dele, achava que ele tinha morrido, porque não havia atendimento em Brasília – mas havia. Ele morreu, porque o caso dele não tinha jeito, infelizmente.

Então, ele criou o Instituto do Coração e repassaram muito dinheiro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para lá. Porém, desde o início, houve problemas. Eu conheci o doutor Sabino, que foi diretor-geral da Câmara dos Deputados por anos a fio. Quando o Instituto do Coração foi passado para a gestão da Fundação Zerbini, nomearam o doutor Sabino para cuidar do Instituto do Coração. Eu o conhecia da Câmara dos Deputados e tive a oportunidade de dizer para ele: “Doutor, acho que o senhor não vai dar jeito nisso, não”. E ele não deu, porque é bem complexa a situação.

Todos nós queremos que o Instituto de Cardiologia continue existindo – e existindo com qualidade. Porém, há questões que precisam ser respondidas. Foi dito aqui pela secretaria – e nós temos o dever de apurar – que houve desvio de insumos, que um caminhão de insumos para abastecer o instituto foi transferido para o Rio Grande do Sul. Nós sabemos que, antes de o general ir para lá, já havia denúncia de desvio dessa fundação. Foi dito também, deputada Paula Belmonte, que, das emendas que foram disponibilizadas, pelo menos 2 milhões de reais que deveriam ficar aqui foram para o Rio Grande do Sul. O Distrito Federal não tem tanto dinheiro assim para exportar dinheiro para o Rio Grande do Sul! Agora está aí o resultado.

Todo nós queremos, pelo que eu sei, que os pacientes transplantados sejam bem atendidos e que mais transplantes sejam feitos. Porém, nós queremos uma gestão transparente, uma gestão em que não exista nenhuma dúvida, porque isso é dinheiro público.

Portanto, eu estou aqui para dizer que eu quero a continuidade do Instituto de Cardiologia. Porém, transparência é tudo de que precisamos. A manutenção dos servidores é uma luta de todos nós. Ressalto para quem quer que assuma a gestão do Instituto de Cardiologia, deputada Paula Belmonte: nós vamos lutar para que esses trabalhadores, que são qualificados e que têm amor ao instituto, continuem. Porém, eu creio que, assim como nós, a OAB, os deputados e os servidores querem transparência. Queremos uma gestão efetivamente eficiente e capaz. Por isso, todos nós estamos lutando e é isso que queremos que efetivamente que aconteça.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Há aqui um time muito bom para falar de saúde. O deputado Chico Vigilante faz parte desse time. Que bom que nós o temos! Esta é a história – não é, deputado Chico Vigilante? Às vezes, nós estamos aqui dentro e acabamos nos esquecendo de como foi a história. É sempre bom nos lembrarmos dela. Obrigado.

Agora vou passar a palavra para o Pafiadache. General, primeiramente, eu quero dizer, corroborando as palavras do deputado Chico Vigilante e da deputada Paula Belmonte, que qualquer empresa que entrar, que permanecer, o que seja, tem que garantir não só os empregos, os salários, mas principalmente os direitos trabalhistas que estão para trás. Isso é um problema que aconteceu no Rio Grande do Sul com a matriz, em que demitiram 700 funcionários e não lhes pagaram nada até agora. Muito provavelmente, vocês possuem débitos quanto aos direitos trabalhistas. Quem vai pagar isso? Temos que deixar isso bem claro, inclusive no chamamento, porque quem pega a porteira fechada pega o ônus e o bônus. Isso é para deixar claro que vocês estão sendo vigiados. Estamos muito atentos com relação aos direitos de vocês.

General, vou passar a palavra para o senhor. Eu vou lhe fazer umas perguntas, e o senhor pode respondê-las na sua fala. Eu sei que a sua fala é muito mais esclarecedora do que até mesmo falar do instituto, porque, por semanas, o senhor está sendo provocado. Acho que este será o primeiro momento que o senhor terá para se defender, para defender o instituto do que estão dizendo.

Quero dizer o seguinte: primeiro, eu tenho uma relação, deputada Paula Belmonte, que eu vou passar para vossa excelência, sobre transferências bancárias de valores feitas do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal para a FUC, no Rio Grande do Sul. Vários valores foram transferidos e aqui não vou mensurá-los, mas eu gostaria que o senhor comentasse sobre essas transferências.

Eu tenho a relação do material que foi dispensado a título de empréstimo do Instituto para a

FUC, no Rio Grande do Sul – é o caminhão de que estão falando. O volume desse empréstimo está na casa de 230 e poucos mil reais.

Aqui estão discriminados todos os produtos – por exemplo, foram 2.800 unidades de campo cirúrgico plástico estéril. Está tudo aqui. De fato, houve o empréstimo. O senhor tem a oportunidade de falar se esse empréstimo, realmente, é algo comum. O detalhe: esse empréstimo foi feito no momento em que não havia material no instituto, pelo que foi falado.

Aqui, eu tenho os valores – e o Jeferson vai ajudar a esclarecer isso, porque ele está no conselho –, mas se o senhor não souber, fique ligado, porque isso vai acontecer. Em 2016, a Secretaria de Saúde foi ao Conselho de Saúde pedir uma ajuda financeira, ou seja, uma complementação do valor da tabela que paga o instituto.

Quero lembrar vocês, pessoal, para ficar bem claro, que todo serviço de alta complexidade é credenciado no Ministério da Saúde e recebe um valor, que é o chamado teto MAC. Esse valor é repassado fundo a fundo, ou seja, não é depositado na conta do instituto, mas na conta da Secretaria de Saúde, e a Secretaria de Saúde repassa para o instituto. Eu vou voltar à tabela do teto MAC. Em 2016, o instituto conseguiu um valor empenhado de 176 milhões, mas liquidados 156 milhões. Em 2017, foram 101 milhões empenhados e 122 milhões liquidados, ou seja, com certeza houve algum aporte.

Em 2018, foram 107 empenhados e 101 milhões liquidados. Bom, aí vem a surpresa: em 2019 – o doutor André falou sobre isso –, caiu para R\$79.606.000,00; em 2020, caiu para R\$70.664.000,00; em 2021, houve um aumento para R\$129.609.000,00. Por quê? Porque, nesse momento, o governo federal ajudou a alta complexidade. Então, o instituto teve mais recurso do Ministério da Saúde. Assim foi em 2021; e assim foi em 2022, com R\$132.860.000,00. Isso por conta da pandemia. Quando acabou a pandemia, em 2023, voltou para 83 milhões; e 22 milhões, até agora, em 2024.

Isso é para vocês perceberem que a Secretaria de Saúde, naquele momento, em 2016, foi ao Conselho de Saúde e pediu autorização para fazer esse aporte, para poder fazer essa complementação da tabela, que paga muito baixo – como foi falado aqui pelo doutor André.

Depois que acabou aquele governo, o governo que entrou talvez não tenha se atentado a essa complementação da tabela. Ontem, a secretária de Saúde esteve conosco e eu fiz essa pergunta para ela. Ela falou que vai ao Conselho de Saúde, Jeferson, pedir para que façam o complemento de tabela. Então, já fique sabendo.

Agora, voltando ao Teto MAC – sobre o qual eu falei –, todos agora sabem o que é o Teto MAC. Fiz o levantamento e, no ano de 2023, o Ministério da Saúde, através do Teto MAC, repassou para o Instituto de Cardiologia, por intermédio da Secretaria de Saúde, 73 milhões.

A pergunta que estou fazendo, general, é a seguinte: aqui está falando que, em 2023, foram repassados 83 milhões para vocês; desses 83 milhões, 73 milhões vieram do governo federal, e o Governo do Distrito Federal entrou apenas com 10 milhões? É isso? Eles estão entrando só com 10 milhões todo mês?

Outra pergunta é: com esses 83 milhões, dá para pagarem as contas, dá para liquidarem tudo, com direitos trabalhistas e tudo mais? Por quê? Porque, se hoje, na intervenção, fala-se que se paga tudo com o dinheiro que entra, como vocês faziam antes? Do dinheiro que entrava, sobrava tanto, que mandavam para a FUC? Essa é a pergunta.

É tanta pergunta, que eu vou deixá-lo responder logo algumas.

Vocês estão entendendo, não é? Há algumas perguntas que eu ia fazer para a secretária de Saúde. Como ela não está aqui... Pois bem.

A Secretaria de Saúde formou uma equipe técnica que fez a avaliação, juntamente com o Ministério Público, e eles avaliaram que deveria fazer um chamamento público.

Eu não entendi por que o governo tomou outra decisão diferente da que foi proposta pelo próprio governo, de querer colocar o Iges. Talvez foi para dar mais calor e emoção a tudo isso. Mas agora voltou e vai fazer o que foi recomendado pela própria Secretaria de Saúde e pelo Ministério Público.

A pergunta, general, diante de tudo isso que está acontecendo, é a seguinte: como a FUC está vendo isso? Quais são as perspectivas? Vocês vão aceitar? Vocês vão se credenciar, caso haja credenciamento e ele seja possível?

Essas são algumas perguntas sobre as quais o senhor pode falar para esclarecer isso a todos

nós.

Obrigado pela presença. O senhor é uma peça fundamental aqui, no dia de hoje. Não sei se o senhor se preparou para tudo isso. O que o senhor não souber, até por se tratarem de números – e isso não tem a ver com o senhor, mas com a sua equipe técnica –, o senhor pode encaminhar através de ofício. Fique à vontade para falar o que o senhor sabe. Obrigado pela presença.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Deputado Jorge Vianna, antes de começar, quero dizer o seguinte: eu estava tranquilo, e o senhor me tirou da zona de conforto, de tanta pergunta. Porém, não se pega um general desprevenido. Estão aqui o doutor André, que é o nosso diretor técnico; o doutor Jorge Afiune, que é o nosso diretor clínico; o doutor Hélder, que é da área jurídica; e vários integrantes da alta gestão do instituto para me ajudar a esclarecer.

Mais do que isso, vou participar, na segunda-feira, do Colégio de Líderes. Quero levar para lá muitas coisas. Encaminhei um documento para o nosso deputado Wellington Luiz exatamente sobre isto: “Olhem, questionem a nós, perguntem a nós o que está acontecendo, para que possamos resolver”.

Deputado, empreste-me aquele documento que o senhor leu. Pode ser este aqui. (Pausa.)

Isto aqui é transparência. Está tudo registrado. Há outro documento ali. Está tudo registrado.

Agora, vou começar.

Quero cumprimentar o nosso deputado Chico Vigilante, com quem, ainda como secretário de Saúde, tive muitas conversas e de quem aproveitei muito o conhecimento; a deputada Paula Belmonte, nossa presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência – vamos precisar muito da comissão, porque tenho uma proposta. A minha proposta começa falando de pacificação. Se ficarmos só discutindo, não vamos chegar a lugar nenhum. O que precisamos é de uma proposta que coloque no seio do governo, da Câmara Legislativa e da sociedade algo viável, inclusive passando por um chamamento público. É isso o que quero propor.

Quero também cumprimentar os demais deputados, todos os integrantes dos vários setores da sociedade organizada, os integrantes do Instituto de Cardiologia, os nossos amigos da mesa.

Está aqui o Robério e um representante dos nossos funcionários – você chorou, mas vou dar uma resposta, entendeu? Mas é isso mesmo, porque temos sempre que pensar em alguns segmentos impossíveis de serem deixados de lado.

Por mais que as discussões sejam calorosas e existam dificuldades, além do paciente, do nosso servidor, da saúde no próprio Distrito Federal, há um segmento – o doutor André comentou sobre ele – a que os senhores precisam prestar muita atenção: o ensino de alta complexidade conduzido naquela casa. Hoje há 44 integrantes médicos-residentes que vão, depois de formados, divulgar, em vários hospitais do país, o conhecimento de alta especialidade, de alta complexidade que estão adquirindo lá. Esse é um segmento que nós não podemos deixar de lado. E por que eu digo isso? Porque, pelo Ministério da Educação, é proibido passar um residente de um CNPJ para outro. E o que nós vamos fazer? Tudo isso nós temos que pensar. A coisa não é simples. É complexa. E por isso que há esse assunto nesta casa.

Eu fico bem à vontade de estar com os senhores falando de saúde, apesar de ser um oficial general do Alto Comando, ex-integrante do Alto Comando de Infantaria. Nos últimos 2 anos de Exército, eu, na verdade, tinha sob a minha responsabilidade toda a saúde do Exército.

Saindo de lá, o doutor Ismael, meu amigo, chamou-me para ser diretor de apoio do Hospital de Base. Após 2 dias de ir para a reserva, eu fui para lá. A partir desse momento, eu aprendi muito. No Hospital de Base, eu participei da criação do Instituto Hospital de Base, que era formidável na sua formação, porque nós saímos da 8.666 e tínhamos regulamento próprio para contratar recursos humanos, regulamento próprio para comprar insumos, porque um hospital não pode entrar na 8.666 ou numa outra lei e comprar algo para só chegar depois de 6 meses. Não pode. Às vezes, aquele equipamento, aquele insumo, tem que estar no outro dia na sala de cirurgia.

Também participei da criação do próprio Iges-DF. Saí e fui para o Ministério da Defesa e assumi a Secretaria de Saúde – Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa. Estive em Wuhan chefiando uma delegação de 500 atletas nos VII Jogos Mundiais Militares, onde há o único laboratório humano de nível 4 – em Wuhan – e houve aquele problema da covid.

Voltei. Fiquei mais um tempo no Ministério da Defesa, atendendo toda a parte de covid. Vim para o instituto, e o governador me convidou para ser o secretário de Saúde. Não foi fácil. Quase que

eu tomei uma decisão sozinho, mas aceitei o desafio. Não foi fácil, mas os senhores imaginem o que eu aprendi.

Então, qualifico-me no que eu passei, o que eu aprendi, no dia a dia, com os enfermeiros, com os médicos, com a direção de vários hospitais. Fui presidente do Conselho de Administração do Iges-DF, como secretário de Saúde. Também participei muito do Conselho de Saúde, porque são segmentos da sociedade organizada que têm a responsabilidade de tocar um assunto tão importante. Não pode depender de partido nenhum.

Todos nós temos que ser voluntariamente ligados à solução mais adequada para a saúde. É assim que chegamos a uma situação ideal. Eu estive na plenária de terça-feira e preciso agradecer por tudo que eu ouvi de parlamentares da oposição, de parlamentares do governo, do presidente da casa. Fiquei extremamente satisfeito com a qualidade, com a profundidade e com tudo que foi dito. E todos tinham em mente sempre uma solução adequada para o momento. Não é para atender o IC, para atender a FUC, para atender a SES: é uma solução adequada para o momento. Não é possível que todos nós não possamos encontrar uma solução adequada.

Eu tenho uma proposta para os senhores. Falar em produtividade é difícil. Os senhores falam tanto do instituto, e tudo isso é verdade.

O doutor André comentou todos os dados. Ele, inclusive, respondeu parcialmente a você, quando ele falou por que a FUC chegou assim. Lá em 2016, começou o problema e o doutor André comentou isso. Começou a dificuldade. Eu assumi a Sepesd, no Ministério da Defesa, que está ligada ao Hospital das Forças Armadas, que tinha o instituto. Foi o primeiro momento em que eu percebi esse problema, e o ministro Fernando, meu companheiro de turma, disse-me: "Pafi, resolve!" Foi quando eu comecei a fazer contato com a doutora Núbia, com a FUC, com a SES, para que pudéssemos dar uma solução.

E, à época, demos a solução a isso com recurso vindo do Ministério da Saúde. E todo recurso do Ministério da Saúde que chega ao IC, obrigatoriamente, tem que passar pela Secretaria de Saúde, é obrigatório isso.

Respondendo a uma pergunta, o SUS é tripartite, ele tem que ter recurso federal, estadual e municipal. Normalmente só chega às unidades filantrópicas ou que prestam serviço para o SUS recurso federal. Essa é a realidade. Então, respondi uma parte de sua pergunta.

Falando de produtividade, só para emendar uma conversa aqui, em 2021, cirurgias cardíacas: 444; em 2022, cirurgias cardíacas: 596; em 2023, cirurgias cardíacas adultas: 612, para falar de um item, são vários, e todos crescentes, como as cirurgias cardíacas pediátricas, marcapasso, cateterismo, angioplastia, enfim, todos cresceram nesses 3 anos.

Então, em dezembro do ano passado, a produtividade cresceu, mas com dificuldade. O que aconteceu? Não vamos colocar o dedo na cabeça de ninguém, não! Vamos analisar o que aconteceu para os senhores entenderem, para que possamos prosseguir vendo soluções e não apontando o dedo para a, b ou c. Não! Nós chegamos a essa situação porque realmente estava faltando recurso, estava faltando repasse para nós.

A partir da segunda quinzena de dezembro, as empresas começam a entrar em férias, e se não pedirmos insumos com antecedência, eles não entregam, mas nós tínhamos que passar o final de dezembro e a primeira quinzena de janeiro com insumos lá dentro.

Foi quando o general Gislei, meu amigo, companheiro de turma, fez um documento e eu acredito que aqui está o problema. Faltou um pouquinho mais de conversa, de comunicação. "Vem cá, parceiro", porque IC e SES são 2 parceiros. Um tem que ajudar o outro, esse é o sentido da parceria, um cuidando do outro. Faltou um pouquinho mais de conversa: "Eu preciso de recurso para abastecer os meus estoques para poder passar por esse momento difícil da segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro". Faltou um pouquinho mais de conversa, mas havia insumos lá. Sim, havia, porque era responsabilidade do gestor ter insumos para os pacientes já hospitalizados. Não há como ficar sem insumos para a UTI, isso não pode acontecer. Veja a responsabilidade do gestor! Faltou isso. Faltou dizer: "Parceiro, estou precisando de dinheiro para comprar insumos".

Senhores, 95%, 96% do que se faz dentro do Instituto de Cardiologia são direcionados para o SUS; o restante é um pouco do HFA e alguma coisa de saúde complementar, mas 95% vão para o SUS, é dinheiro que vem diretamente para produtividade.

Não vou falar mais da falta de contrato para transplantes, porque os senhores já falaram disso. Porém, essa é uma realidade. Podem me perguntar: "General, o senhor foi secretário de saúde! Não

resolveu o problema?” A situação é muito difícil! Não pensem que não briguei diariamente pelo contrato de cardiologia e pelo contrato de transplantes. Eu dizia: “Não estou brigando porque vim de lá, visto que o governador me tirou do instituto. Não. Não é isso. É porque entendo a importância do instituto para a saúde do Distrito Federal”. Graças a Deus, saí de lá, e, um mês depois, assinou-se o contrato de cardiologia.

O contrato de transplante é extremamente importante. Este eu não consegui. Talvez eu tenha sido até incompetente. Podem dizer: “O general não conseguiu o contrato de transplantes”. Até hoje ele não saiu. Precisamos brigar por ele, para evitarmos pagar os transplantes com verba indenizatória com a tabela de 2016. Como? Não se pode imaginar fechar a agenda para os transplantes. Como, se não há contrato e há as dificuldades todas?

Vejam que foi falta de comunicação e, talvez, até de sensibilidade de ambas as partes. Tinha que se ser resolvido internamente, entre o parceiro *a* e o parceiro *b*. Isso está na minha proposta.

Hoje como está o ambiente com a intervenção? Eu converso com o Rodrigo e com o Márcio. Não tenho problema nenhum. Aliás, não tenho problema com ninguém. Converso naturalmente, mas o ambiente não está bom.

Está aqui uma colaboradora que chorou com sensibilidade: “Meu Deus! O que vai acontecer conosco?” A situação é tensa.

Eu fiz uma reunião com todos eles. São cerca de 150, 200 pessoas que estão lá, dia sim, dia não, praticamente. Comecei dizendo: “Não tenho resposta para vocês. Não posso dizer que vocês vão ser contratados ou dispensados. Não posso. Ninguém pode dizer isso, porque não há nada formado ainda”.

Agora, respondo à sua segunda pergunta. Não posso dizer se você vai ser contratada novamente. Como vou dizer isso, se nem sei se será a FUC que irá ficar ou se virá outra organização? Como? Seria uma irresponsabilidade minha. Porém, há uma coisa: nós vamos brigar – e muito – para que vocês se saiam bem em qualquer situação, permanecendo a fundação ou vindo outra organização. O nosso farol sempre será paciente e servidor. Não tenham dúvida disso.

Para os senhores terem ideia, hoje, há 70 pessoas aguardando para fazer exames e se preparando para futuras cirurgias. Como não vamos pensar nisso?

Aqui está o nosso amigo Robério. Há uma quantidade enorme de pessoas que, quando passam por lá, ficam permanentemente ligadas ao instituto. São os nossos transplantados que, eventualmente, têm que retornar. Inclusive, alguns transplantados estão aqui presentes.

Durante a pandemia de covid, quando o paciente dizia que era transplantado, o hospital não o atendia e o mandava para o instituto. Vejam a preciosidade, o ícone de excelência que a Secretaria de Saúde tem e do qual tem que cuidar!

Por isso, tenho uma proposta aos senhores. Nós já estávamos trabalhando com o Ministério Público sobre um termo de ajustamento de conduta. Fizemos 3, 4 reuniões. O termo já está praticamente pronto.

A senhora vai deixar os seus assessores aqui, porque eu tenho uma proposta que envolve a Comissão de Fiscalização e Transparência, porque está dentro dessa proposta. Antes que a senhora saia, basicamente é o seguinte, senhores: conforme esse TAC, que está bem avançado, sai a intervenção, volta a administração normal do instituto; a Comissão de Saúde e a Comissão de Transparência fazem mensalmente verificações e é obrigação nossa mostrar tudo o que foi feito naquele mês. O Ministério Público e outros integrantes desta casa também participam. Zero problema. A Secretaria de Saúde faz um chamamento público com tempo até chegar a uma possível licitação. Chega-se ao final do ano. Esta casa vai analisar por meio das 2 comissões. Elas vão analisar os resultados. Dá para seguir assim? Não. Vamos abrir a licitação conduzida pela secretaria. Isso coloca todo mundo dentro da solução. Ninguém está sendo liberado – nem o Governo do Distrito Federal, nem a secretaria, nem esta casa, nem o IC. Está todo mundo dentro da solução.

Porém, se nós ficarmos brigando, aonde nós vamos chegar? Vejam que, dentro da solução, nós queremos que haja um chamamento público. Claro, ele tem que existir. Depois, existirá confiança para quem chegar ou se nós formos prosseguir. Tudo estará esclarecido e fiscalizado pelas comissões – principalmente pela Comissão de Saúde e pela Comissão de Fiscalização – e por outros membros desta casa. Essa é a minha proposta.

Muito obrigado, obrigado, obrigado!

Eu já falei, inclusive, que encaminhamos um documento para o nosso deputado Wellington Luiz, que me convidou para participar do Colégio de Líderes na segunda-feira, e aquelas respostas que eu não conseguir dar aqui, em que nós vamos aprofundar, eu quero dá-las aos nossos deputados na segunda-feira. Zero problema.

Sobre os 83 milhões de 2023, na verdade, 95% de verbas que entram lá são frutos de 95% de SUS que atendemos. Não há um complemento da secretaria, não. O restante é verba de alguma coisa que fazemos para o privado, ou da família militar, ou de alguma saúde complementar. Zero problema.

Eu acho que respondi sobre a FUC. Por que a FUC chegou a essa situação? Exatamente pelo que falamos aqui: dificuldade de um cronograma de desembolso de recursos adequados.

Quero responder todas essas perguntas. Foi ou veio material para lá? Eu só vou dar um dado para vocês, porque eu quero esclarecer isto na segunda-feira: nós estávamos precisando de 16 milhões para pagamento de folha em determinado momento. Eu estou dizendo isso, mas eu assumi a superintendência segunda-feira passada. Porém, falo de coisa que procurei estudar. Precisávamos de 16 milhões de reais. Fomos ao BRB. Não conseguimos o dinheiro.

A fundação conseguiu, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, 16 milhões. Tinham adiantado 2 milhões para pagamento da folha daquele mês. Quando chegaram os 16 milhões – tudo documentado –, voltaram aqueles 2 milhões que havíamos emprestado da fundação.

Tudo está documentado, a transparência está a mil.

Lembro que é um ente privado, que há um recurso que não pode ser passado para lá. É emenda parlamentar. Mas como vamos mandar? Se falta dinheiro aqui, o que sobra para mandar para lá? É isso que os senhores precisam entender.

Quero mostrar isso com muita tranquilidade, com dados. Lembro-me de um documento que chegou do presidente da Fundação Universitária de Cardiologia, em que solicitava 2 milhões. Tenho esse documento e vou mostrá-lo. Espere um pouco! Um presidente manda um documento de uma matriz para uma filial, para solicitar isso? Está registrado – *compliance*. Por que não perguntam para nós? Por que não nos acionaram antes, para podermos esclarecer? É nosso dever e nosso envolvimento esclarecer qualquer dúvida.

Senhores, quando eu estava no Hospital de Base, ajudei muito hospital privado com insumos e fui ajudado por muitos hospitais privados com insumos para o Base. Essa é uma dinâmica natural entre hospitais, independentemente de serem privados ou públicos. Essa é uma dinâmica que há, porque, às vezes, naquele momento, o peito está aberto e precisa-se de um fio para uma cirurgia cardíaca, como aconteceu comigo no próprio IC, isso em 2019. Essa é uma dinâmica que existe. Porém, é importante – e concordo com o senhor, deputado Chico Vigilante – que seja tudo registrado. Isso é *compliance*. Porém, o que vai também volta. Essa é uma realidade.

Eu queria dizer a todos os senhores que estou envolvido com o Instituto de Cardiologia desde 2019, quando assumi a Sepesd, no Ministério da Defesa. Eu não brigo a não ser por uma causa. A causa é a alta complexidade que se faz dentro do instituto e, até mesmo por eu ter sido secretário de Saúde, a importância que ele tem para a saúde. Quando eu ia às reuniões do Conass e do Conasems, eu tinha orgulho de falar da saúde do DF, particularmente na alta complexidade.

Precisamos de mais apoio – não do apoio com dinheiro. Não! Precisamos de apoio com segurança, até mesmo do Ministério da Saúde, como foi dito aqui. Os senhores foram lá e viram que vários pacientes são de Goiás, do Mato Grosso, de vários estados. Acho que o Ministério da Saúde tinha que se envolver mais conosco, porque, como disse a deputada Paula Belmonte, o nosso instituto extrapola o DF.

Dia 2 de maio termina o acordo de cooperação entre os partícipes – Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, Câmara dos Deputados, Senado Federal, GDF e fundação.

Estive hoje de manhã com o brigadeiro da Sepesd, que me substituiu lá, para acertarmos. Não é que vai terminar o acordo, colocar lá uma empresa de mudança e embarcar. Não! Estamos falando de um hospital – de um hospital de alta complexidade. Então, está tudo certo, vamos continuar.

Há um projeto na Secretaria de Patrimônio da União para colocar – onde está o instituto, que é do HFA – essas instalações, por 20 anos, à disposição da Secretaria de Saúde. Se isso não acontecer a tempo, vai ser feito um acordo com a secretaria, mas não vai haver solução de continuidade na assistência que fazemos dentro do nosso instituto.

Eu procurei responder o máximo e esclarecer o máximo das coisas. Pretendo aprofundar

dados.

Como é bom ser instigado a pesquisar e mostrar a transparência e o *compliance*! É bom demais estar com os senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, general. São perguntas que, com certeza, irão vir também no Colégio de Líderes.

Mas, olha, em 2016, o Instituto do DF passou 2 milhões para a FUC. Em 2017, passou R\$3.500.000,00 para a FUC. Em 2018, foram 4 milhões de reais para a FUC. Em 2019, foram R\$4.500.000,00 para a FUC. Em 2020, foram R\$2.900.000,00 para a FUC. Então, está sobrando dinheiro no GDF para passar para a FUC.

General, eu falei uma vez com o senhor...

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Qual foi o último ano?

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Há mais; falei rapidamente porque eu não estou enxergando. Eu consegui fazer isso rapidamente. Aqui são transferências bancárias.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Houve um momento – e o nosso doutor André e o Jorge podem me ajudar –, em 2016, 2017 e 2018, em que, realmente, o instituto estava em produção e estava sendo pago corretamente, entendeu? Porém, aqui só há o que foi para lá, mas cadê o de lá para cá?

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Pronto! Então, o senhor traz isso. Boa! Eu só estou dizendo o que foi. Tomara que tenha vindo mais! Tomara!

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Agora eu vou fazer o contrapeso. Aqui há também um documento... A Secretaria de Saúde foi lá ontem falar conosco, foi dizer como é que faz a dinâmica de pagamento. Então, é assim: o instituto trabalha, manda a conta, ela paga; ele trabalha, manda a conta, ela paga. Porém a Secretaria de Saúde não paga os 100%, porque ela tem que fazer a análise, caso haja glosa, caso haja algum erro na conta. Ela não pode pagar tão rápido uma coisa que ela nem verificou. Quem estiver aqui que conhece o assunto, corrija-me se eu estiver errado.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – É mais ou menos desse jeito. Nós apresentamos a nota fiscal, há uma análise. Essa análise não tem prazo. Essa análise e essa nota fiscal não têm prazo. Se você reclamar, dizem: "Não, não, mas está dentro do prazo". Não há prazo. É isso que nos mata.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Mas você manda a nota, e ela paga parte da nota?

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não. Depois da análise, com glosa ou não, tínhamos acertado 80-20.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Isso.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Depois, o nosso procurador Lucas, junto com eles, achou melhor 90-10 – mais ou menos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Beleza.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Isso acontece, com todas as dificuldades.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – É mais ou menos isto: manda a nota, eles pagam 90-10 – antes, era 80-20.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Isso realmente demora.

Eu queria fazer esta pergunta para a Secretaria de Saúde; como ela não está aqui, eu vou fazer uma pergunta retórica, só para vocês saberem a dinâmica de como isso é feito. Nesses 20, 20, 20 que a secretaria não estava pagando, houve um acumulado. Eu tenho um documento com aquilo que a Secretaria de Saúde está devendo. De acordo com esse documento – e eu queria saber se realmente a Secretaria de Saúde ia confirmar isso –, são R\$19.800.000,00.

Então, pelo que consta, a Secretaria de Saúde, de acordo com o documento que nós recebemos, deve – por conta desse 80-20, por conta do não pagamento total da fatura – estar devendo. Era esse o motivo que eu gostaria que todos estivessem aqui para poder fazer essa pergunta.

Não tem coisa pior no mundo do que você falar: “Você está devendo” e o outro dizer: “Não, quem está devendo é ele”. E assim por diante. É a pior coisa do mundo. Alguém tem que dizer a verdade. Quem está devendo? É isso que nós queremos saber.

Eu queria agradecer também à equipe de consultoria jurídica da Câmara Legislativa, que nos ajudou com algumas informações importantíssimas desta audiência. Muito obrigado.

Vamos passar a palavra aos colegas inscritos.

Eu sabia que esta sessão iria ser demorada, porque são muitas perguntas. A ideia não é colocar ninguém em saia justa, general; a ideia é falar a verdade, doa a quem doer. Se a secretaria e o Iges estivessem aqui, também iriam responder a muitas perguntas. Eu não vou fazer aqui o jogo de defender um em detrimento do outro. Aqui nós temos que resolver pela verdade, porque aqui do meu lado está um camarada que está representando aquele que não tem nada a ver com isso, que não tem nada a ver com essa discussão, com a questão financeira, com o erro administrativo, com o erro de gestão, e que só quer viver.

A nossa responsabilidade nesta casa, no mínimo, tem que ser a garantia de que ele viva, doa a quem doer; que os culpados paguem, caso haja culpados nesse erro administrativo – se é que está havendo erro administrativo. O instituto fala que não está devendo, o outro fala que não está havendo boa gestão, que houve um empréstimo, que não houve. Eu, particularmente, conheço essa questão de que há muito material indo para lá, para cá e tudo mais.

O senhor falou uma coisa interessante: aqui é o que foi passado para lá, e o que foi passado de lá para cá? Nós não temos essa informação. Se houver, traga-a, porque uma hora você vai precisar dela. Apenas para termos certeza e acabar com todas essas celeumas em relação a isso.

Vamos chamar a nossa primeira inscrita. Caso queira falar daí, é só apertar o botãozinho que eu vou identificar; caso prefira do púlpito, pode vir aqui. Vou chamar o nome dos 3 primeiros que farão uso da palavra, para que possam se preparar psicologicamente, porque falar em microfone é meio tenso. As pessoas ficam nervosas.

Primeiro, a Josiane Jacob, diretora do Sindate-DF; logo após, o doutor Alexandre Omena, representante do Sindicato dos Médicos; e por último o Jeferson Bulhosa, representando o Conselho de Saúde.

Vocês terão 3 minutos para a fala, de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra à Josiane Jacob, seja bem-vinda.

JOSIANE JACOB – Boa tarde a todos. Em nome do deputado Jorge Vianna, eu cumprimento os membros da mesa; quero parabenizar a minha amiga Carminha, você sabe o quanto eu a admiro.

Quero cumprimentar a todos e dizer, primeiramente, que a falta da gestão, a falta da secretária de Saúde ou de um pressuposto para falar em nome da Secretaria de Saúde é muito ruim. Eu enxergo isso, deputado, com muita insatisfação, porque é um assunto tão importante, e nós não percebemos essa preocupação por parte da secretária de Saúde em mandar, pelo menos, alguém para responder as perguntas. Trata-se de um evento programado pelo deputado Jorge Vianna, com a intenção de nós discutirmos essa pauta que é tão importante para os trabalhadores, para os transplantados, para os pacientes que dependem do serviço do ICTDF. Eu quero deixar essa fala registrada, porque eu vejo isso como uma falta de respeito a todos nós que estamos aqui.

Eu conversei com alguns gestores antes de vir para a reunião, e é muito complexo entendermos tudo, porque há muita coisa aí, são muitos números e não temos acesso a todos eles, não participamos dos debates. Mas, na conversa com alguns gestores, o que parece, o que deu para entender – o Pafiadache pode até me corrigir ainda em tempo – é que parece que, nesse imbróglio todo, se houvesse o contrato de transplante e se a secretaria repassasse a verba que ela precisa repassar por produção – se eu não me engano – mês a mês, sem atraso, talvez o ICTDF teria se mantido. Eu estou certa ou errada? Essa é uma pergunta, mas o senhor pode me responder depois, daí eu não perco o meu raciocínio.

Então, quero deixar essa fala porque me parece que a Secretaria de Saúde atrasa esses pagamentos e isso traz um prejuízo orçamentário. Lógico que a FUC terá um prejuízo orçamentário tendo que cobrir esse valor e acabará tendo um problema financeiro que pode ter gerado tudo isso que está acontecendo. Essa é uma indagação.

Há outra coisa que eu quero dizer, como sindicato. Óbvio que vamos olhar sempre o lado do trabalhador. Nós estamos preocupados, sim, e o Sindate foi um dos sindicatos que mais brigou para

manter a verba para pagamento de salários em dia. Acho que o senhor esteve lá na gestão quando estivemos e incisivamente fomos à Secretaria de Saúde, porque nós não arredamos o pé das discussões. Estamos ali para ajudar o ICTDF, porque gostamos demais do atendimento dele. Eu tenho uma prima que foi operada no ICTDF com 13 dias de nascida. Então, tenho um carinho enorme pelo ICTDF. Imaginem! Há equipes totalmente preparadas.

Eu lembro como se fosse hoje, foi um atendimento de excelência. Então, queremos que o ICTDF se mantenha assim. o ICTDF, como disse a Carminha, tem o seu jeito de ser. Parece que estamos brigando aqui pelo óbvio: para manter o sistema de pé e para manter os empregos. Nós temos essa preocupação e a nossa fala é no sentido de conseguirmos manter o ICTDF porque ele tem um atendimento de excelência e, também, porque se preocupa com os direitos dos trabalhadores, que é a nossa maior preocupação enquanto sindicato. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, Josy. De fato, o Sindate foi o primeiro sindicato a entrar no instituto, a convite da Carminha, para poder lutar por atrasos de salários. Só que nós brigamos de uma forma diferente. Não fomos lá só para dar porrada, fomos lá para dar porrada e ajudar. Eu falo “nós” porque eu estava lá também! Então, esse é um jeito diferente de fazer sindicalismo.

Parabéns à Josy, ao Newton, à Elza, à Isa, ao Moisés, ao João Cardoso, do Sindate.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Josy, a primeira pergunta é o melhor dos mundos. Esse é o ideal. Pagamento, faz a nota fiscal, faz nova análise. A glosa é admitida até 3%. Nós tivemos glosa de R\$1.800.000,00.

Vou aproveitar a sua pergunta e vou acrescentar uma coisa que eu preciso dizer para vocês. Os senhores viram o general falar mal do Hospital de Base, do Instituto de Cardiologia. Eu falei alguma coisa do Iges, da secretaria? Não! Eu sou integrante e, inclusive, fundador. Eu ajudei a fundar o instituto. Eu não vou fechar porta nenhuma! Só que, nessa proposta, é fundamental que os 2 entes se sentem e conversem: vamos consertar isso em prol da saúde. Não precisa ser a Câmara Legislativa, nem o Ministério Público! Ah, sim, esse é o melhor dos mundos! Quem sabe isso não acontece?

Com relação ao salário, pelo que me consta – a Carminha pode me ajudar – nesses últimos 2, 3 anos, houve salário atrasado? Há alguém que está sem salário lá?

MARIA DO CARMOS BARROS – Não.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não. São 2, 3 anos sem atraso de salário, exatamente porque a prioridade não é só o paciente. O paciente é o foco máximo, mas insumos e recursos humanos são de altíssima prioridade; caso contrário, não se atende ao principal. Eu gostaria de ressaltar isso.

Não sei se respondi às suas perguntas. Vamos para a próxima pergunta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – A sua proposta de permanecer foi interessante, o pessoal gostou.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não estou dizendo que eu quero permanecer. Eu quero esse tempo para que haja um bom trabalho de chamamento público, que se crie uma licitação bastante forte e precisa, com os olhos da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e do Ministério Público nos ajudando. Eu não tenho dúvida de que não há como dar errado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – General, chegou ao nosso gabinete a informação de que hoje, com a intervenção – eu ia fazer essa pergunta aos interventores, mas é também uma pergunta retórica –, o recurso mantém os salários em dia e não há falta de material. Por quê? Porque não mandou mais dinheiro para a FUC e porque houve uma diminuição nos gastos de produtos? Porque parece que há produto que era comprado por R\$1.200,00 e hoje é comprado por menos de 600 reais. A intervenção se preocupou em procurar preços melhores e, por isso, melhorou? Eu queria ter feito essa pergunta a eles. Como eles não estão aqui, no momento oportuno, nós a faremos.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Eu não quero fugir dessa pergunta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – O senhor vai responder? Essa pergunta era para eles.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Mas é muito forte um questionamento desse.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Então, responda.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Senhores, o recurso chegou, e ficou fácil. Com recurso, vamos pagando. Com relação à questão de valores – prestem atenção –, o instituto, mesmo privado, ele faz uma pesquisa de preços. Estou dizendo isso porque é uma prática tradicional lá. Eu vou me aprofundar nesta conversa, porque quero colocar este assunto na mesa na segunda-feira, sem nenhum problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Muito bom. Na verdade, isso aqui é uma prévia do que vai acontecer na segunda-feira. Só que não será apenas 1 deputado, serão 24. Prepare-se, general. Eu lhe falei quando o senhor foi sabatinado... O senhor é PQD?

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Não é paraquedista?

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não. Eu sou blindado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – É o Gislei, não é?

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – O Gislei é paraquedista.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Eu havia falado a ele que aquele seria o seu último salto. (Risos.) E foi, porque ele saiu. Vejam que o Iges derrubou um general. O Iges derruba todo mundo.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Não?

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Não o tiraram?

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Eu o tirei.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Então? (Risos.)

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Não. Ele não foi tirado: "Gislei, vai descansar. É melhor para nós". No dia seguinte, quando ele pediu, eu disse: "Não, mas nós íamos mandá-lo embora". Mas eu o mandei embora antes, porque ele é meu amigo. Nós temos que proteger os amigos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Eu pensei que ele havia caído, que o paraquedas não abriu.

Concedo a palavra ao doutor Alexandre Omena, representante do SindMédico.

ALEXANDRE OMENA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer o convite do nosso deputado Jorge Vianna.

É muito importante sabermos que o que o instituto faz, sem dúvida nenhuma, é uma coisa de outro mundo. Eu vim de Maceió, sou alagoano e tive a honra de acompanhar o Dr. Wanderley, que é referência no Brasil em termos de transplante. Então, eu penso que temos que fazer isto: sentarmos. Todos sabem que a posição do sindicato é em favor dos médicos e de todos os profissionais que ali dentro estão.

Não estou aqui com a procuração do HFA, mas eu sou médico do HFA. Eu não posso me esquecer de que eu participei de várias reuniões em que o HFA apoiou integralmente o ICTDF quando era instituto. Claro que deve ter havido alguns outros conflitos, mas, em alguns dos quais eu participei, houve apoio.

De fato, não podemos deixar que se precarize a relação contratual, o vínculo de trabalho de todos que estão presentes ali naquele instituto. Isso é fundamental. O modelo que ali está tem que permanecer. Aí se pergunta por que estão procurando muitos pediatras etc., porque não existe o modelo que é aplicado dentro do instituto. Eu acho que temos que privilegiar sempre a produtividade e a competência.

Para se formar um especialista em transplante, gente, vocês têm noção de quantos anos de estudo é preciso? Todos os profissionais que estão ali dentro do instituto lutam dia e noite. Precisam estar se atualizando, porque existem novas máquinas, novos procedimentos. Não é à toa que é a referência. Não podemos nos esquecer de valorizarmos sempre o SUS. Isso aí, sem dúvida alguma.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Eu irei passar rapidamente a palavra ao Jefferson

Bulhosa Júnior, do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Logo após, passarei a palavra para Márcio da Mata, do SindEfermeiro; Bárbara Ghestes, paciente transplantada; e Francisco Medeiros, também paciente do ICTDF.

JEFERSON BULHOSA JÚNIOR – Obrigado, deputado. Boa noite a todos.

Eu lerei aqui a resolução do Conselho de Saúde do Distrito Federal com relação a esse imbróglio, porque é um imbróglio mesmo.

“O presidente do Conselho de Saúde, de acordo com a Constituição, [...], considerando que os membros do Conselho de Saúde do DF manifestam posição contrária à cessão do Instituto Cardiológico e Transplantes do DF ao Iges...” O Conselho de Saúde sempre foi e sempre será contra o Iges ou contra qualquer terceirização que venha a acontecer na Secretaria de Saúde. Sempre! Essa é a nossa posição. Sempre estaremos com essa posição firme.

Eu não vou ler tudo. Eu li apenas o preâmbulo da nossa resolução do conselho. Eu vou ler o último trecho.

“Considerando o art. 1º da Lei Distrital nº 4.604, de 2011, seu parágrafo único dispõe o seguinte: ‘O conselho atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, no âmbito do Distrito Federal, inclusive em seus aspectos econômico-financeiros e nas estratégias para os programas e projetos de saúde a serem encaminhados à Câmara Legislativa do Distrito Federal’.” (Adaptado.)

Então, isso é para vocês entenderem que o Estado faz uma lei, a Câmara Legislativa a aprova, e nenhum dos 2 a cumpre. Nenhum dos 2 a cumpre, e por quê? Nenhum desses projetos passou pelo Conselho de Saúde. Nenhum. E a lei diz que os projetos têm de passar, para se ouvir a comunidade, a representação dos usuários, dos trabalhadores e dos gestores. É o chamado controle social.

Então, o que nós queremos e o que o conselho tem a dizer é isto: cumpram a lei, ouçam o conselho. Nós não estamos dizendo que vai ter de ser da forma como analisarmos e propusermos, mas nós temos de ser ouvidos, deputado, assim como o governo tem de ser ouvido pela Câmara Legislativa. É isso.

Agora, eu quero fazer uma questão pessoal, como sindicalista e sindicalizado do SindSaúde. Esse problema – a que você, creio, é contra também – com relação à terceirização no... (Falha na gravação.) Nós temos de unir forças para romper com isso, para romper com esse sistema em que os governos vêm, desde o Rollemberg, tentando terceirizar. Quanto aos problemas que já vimos lá atrás, houve conselheiros que votaram a favor deles e quase foram presos. Eles tiveram de responder civil e criminalmente na justiça, porque votaram a favor de algo que é ilegal em relação à função que o conselheiro tem de ter.

Eu trouxe uma camiseta – ela está ali – em que está escrito: “Eu defendo o SUS”. Ele tem de defender o SUS. A complementariedade não quer dizer que nós temos de fazê-la; ela tem de existir para vir, não é o conselho ou o Estado fazer a complementariedade, como é o Iges.

Nós queremos dizer que não existe transparência no Iges e nunca existiu. O Iges não presta conta ao Conselho de Saúde. O Iges não permite que o Conselho de Saúde o fiscalize – está certo? O Iges impede que os conselheiros adentre seus locais, ele nos impede de fazer isso.

Eu queria fazer também uma proposta: por que não se faz uma gestão democrática no Iges? Por que não se cria um conselho de administração lá? Seja qual for a empresa que for administrar aquilo lá, criem um conselho de administração, coloquem os trabalhadores, coloquem a sociedade dos transplantados, para se fiscalizar afim de que não só o presidente venha fazer esclarecimentos. Que o conselho de administração venha esclarecer, como nós temos no nosso modelo de aposentadoria: nós temos um conselho de administração em que metade é dos trabalhadores e metade é do Estado.

Esse é um exemplo, e nós estaremos sempre defendendo – nós, do Conselho de Saúde – os trabalhadores, principalmente os trabalhadores.

É isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, Jeferson.

Concedo a palavra ao Marcio da Mata.

(Intervenção fora do microfone.)

MARCIO DA MATA SOUZA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o deputado Jorge

Vianna por nos convidar a fazer parte desta discussão de extrema importância para a saúde pública do Distrito Federal.

Antes mais nada, deputado, eu gostaria também de deixar claro que o ICDF, o Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal, não é de Brasília, ele é do Brasil. Isso é muito importante entendermos, como já foi dito aqui em várias falas: ele não atende só o Distrito Federal, ele atende o Brasil. E eu também gostaria de parabenizar cada um dos trabalhadores que estão aqui, que não deixaram o serviço cair, porque esse serviço é de fundamental importância na vida das pessoas. Vocês fizeram com que muitos desses pacientes permanecessem vivos até hoje.

Parabéns a vocês por não deixar cair a produtividade. Eu tenho certeza de que muitos estão abalados emocionalmente. Eu tenho certeza de que está acontecendo lá hoje, porque essa situação de instabilidade profissional gera uma condição interna muito difícil de enfrentamento, e muitas pessoas não conseguem combater isso com a facilidade com que outras pessoas conseguem. Vocês são verdadeiros heróis. Independentemente da FUC, independentemente do grupo de intervenção, eu sei, conheço os dados que foram mantidos, ou boa parte deles. Então isso é importante principalmente para os pacientes transplantados.

Mas eu gostaria de trazer outra situação. O Jeferson colocou muito bem, eu estou representando o Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal e também sou conselheiro de saúde do Distrito Federal. E enfatizo mais uma vez que nós temos um posicionamento contrário à gestão do Iges porque nós temos convicção – e também a comprovação, ao longo do tempo – de que essa não foi uma gestão que fez a entrega adequada e satisfatória à população. Nós não observamos isso e, conseqüentemente, temos essa convicção. O nosso posicionamento é por um sistema único de saúde público de qualidade e que atenda as pessoas nas necessidades que elas têm. Essa é a nossa defesa – e vai ser a nossa defesa sempre.

Eu gostaria também de colocar algumas questões. Eu sei de todas as dificuldades. Nós atuamos com o Sindate, e eu sei de todas as dificuldades que foram enfrentadas pelos trabalhadores, como o atraso de salário e todas as condições que enfrentamos. Mas eu quero comentar a fala do doutor André sobre a dificuldade do repasses. Hoje nós passamos, no Sistema Único de Saúde, por uma condição de subfinanciamento da saúde. Isso está claro ao logo dos últimos anos.

Particularmente no governo passado, nós observamos uma notável falta de investimento na saúde pública do Brasil. Nós entendemos que há um mecanismo, uma forma de tentar fazer com que o sistema único público se fragilize para que oportunizem outras situações, que nós não sabemos quais são. Isso tem acontecido. Eu tenho visto e observado que o presidente Lula tem tentado aumentar o financiamento do SUS. Infelizmente, isso não tem acontecido a contento.

A título de informação, senhores da mesa e senhor deputado, há hoje no Brasil 200 e poucos milhões de habitantes e, para vocês terem uma ideia, há 50 milhões de pessoas que possuem plano de saúde, que estão na saúde suplementar. Essas 50 milhões de pessoas gastam um tiquete médio de 5 mil reais por ano. Isso enche os caixas das operadoras com 250 bilhões de reais – para cuidar de 50 milhões de pessoas! O SUS tem uma média de investimento anual de 237 bilhões para cuidar de mais de 150 milhões de pessoas. Será que essa conta fecha? Não fecha. A saúde suplementar tem uma quantidade maior de recursos para cuidar de 50 milhões de pessoas. E o SUS não acompanhou isso.

Isso é muito grave, senhor deputado. À medida que o tempo passa, a população aumenta, o subfinanciamento fica mais grave e o Sistema Único de Saúde fica vulnerável. Nós precisamos fortalecer o sistema de saúde pública, dar-lhe robustez e fazer com que as instituições que servem ao setor público, como é o Instituto de Cardiologia, se mantenham vivas e fortes para prestar o serviço de excelência que prestam, que é um serviço único, exclusivo. Realmente, como o general falou, esse não é um serviço que é feito por qualquer um, doutor André.

Eu sei que há várias estruturas que estão envolvidas. Eu trabalhei no Hospital de Base – inclusive, trabalhei com o nosso saudoso doutor Roland Montenegro, que o senhor deve ter conhecido muito bem. O transplante envolve uma série de fatores, a logística é muito grande. Eu trabalho no helicóptero do Corpo de Bombeiros, em conjunto e em parceria com o Samu. Precisamos de fazer todo um cálculo para buscar o órgão, levar o órgão, saber quando a equipe está disponível para receber esse órgão. O cuidado é extremo, o serviço de vocês é extremamente importante. Eu espero que, com a decisão sábia do governo de trazer para o debate esta discussão, tenhamos uma solução adequada, suficiente, e que a população do Distrito Federal e do Brasil não sofram com isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, Márcio.

Conceda a palavra a Barbara Ghestes, paciente transplantada, bem-vinda.

BARBARA GHESTE – Obrigada. Boa tarde a todos, boa tarde à mesa.

Eu venho como paciente transplantada do Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal desde o dia 23 de julho de 2016. O que me motivou mesmo a fazer uso desta palavra é que nós, transplantados, de acordo com as notícias que vemos na mídia, nas redes sociais, nós também ficamos numa situação de aflição, com medo de perdermos a nossa segunda casa, que é o ICTDF.

Eu transplantei, em 2016, de rim, com um doador vivo, meu pai. Foi uma cirurgia de sucesso, porém, o meu pai teve algumas complicações pós-cirúrgicas e passou um período muito difícil no IC – eu já estava em casa e meu pai permanecia internado.

É uma história de vida minha, de vida do meu pai e de vida de toda a minha família que acompanhou aqueles 38 dias de internação. Aí, ao ver essas notícias que saem e depois vir aqui acompanhar todas essas perguntas e essas conversas, esses assuntos pormenores que não chegam até nós, pacientes, nós saímos da situação de aflição e entramos na situação de pânico mesmo. Isso, especialmente, porque eu perdi o meu enxerto, em setembro do ano passado, eu retornei para a hemodiálise e eu estou, novamente, na lista de espera no Instituto de Cardiologia e Transplantes do DF.

É um hospital que eu tenho muito orgulho de ser paciente. O meu sonho é que o Governo do Distrito Federal – não só o atual, como os que passaram e, principalmente, os que virão – possa ter o mesmo orgulho de ter essa instituição no coração de Brasília, porque eu sempre digo que Brasília é a capital de todos os brasileiros. Por isso o Instituto de Cardiologia e Transplantes do DF atende pessoas de fora também.

A situação do transplante, os profissionais de transplante, é uma questão tão restrita que... Por exemplo, eu também sou transplantada de pâncreas. Eu fiquei diabética do tipo 1, aos 11 anos de idade no Distrito Federal, em Brasília. Fui uma das primeiras pacientes do Ambulatório de Diabetes do Hospital Regional de Taguatinga, que, na época, era um modelo de tratamento para o diabetes infanto-juvenil. Hoje vemos a situação do HRT, a situação das crianças diabéticas do Distrito Federal, sem insulina. Quando há insulina, a insulina é NPH, que é uma insulina de baixa tecnologia. Já não usamos mais NPH.

Hoje estou livre da dependência da insulina por ser transplantada, mas, infelizmente, tive que sair de Brasília para fazer o transplante de pâncreas, porque aqui no Distrito Federal, como o Robério falou, não se faz ainda o transplante de pâncreas. Enfim, saí de Brasília, fiz meu transplante de pâncreas, conheci uma outra equipe de transplante, também muito boa, mas o acolhimento que tive no ICTDF, eu não encontrei nesse hospital, que era um hospital bastante grande, com muitos profissionais. Eu não tive afinidade.

Antes dos 3 meses de Pós TX, eu conversei com a equipe e falei: “Por favor, deixem-me voltar para a minha médica, que é a doutora Helen”. Passei o telefone da doutora Helen para eles, eles conversaram com ela, e eu retornei antes dos 3 meses a Brasília para continuar o meu acompanhamento também de transplante de pâncreas, que não foi feito pelo ICT, mas faço o acompanhamento médico com a doutora Helen no Instituto de Cardiologia e Transplantes.

Então, é muito mais do que um hospital para nós que somos transplantados, porque, como a Carminha disse, os profissionais, querendo ou não, vão de porta em porta e vão achar outro emprego, mas nós vamos bater em qual porta?

Obrigada (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Acho que esta é a frase da sessão: “Vamos bater em qual porta?”

Concedo a palavra ao senhor Francisco Medeiros, paciente.

FRANCISCO MEDEIROS – Antes de entrar na formalidade da casa, quero dizer: “‘Não’ à intervenção e ‘não’ a mudanças no ICTDF!”

Eu sou um paciente de lá e sei o que passei nesse ano passado, em que infartei, e me levaram da UPA de Ceilândia a 3 hospitais públicos, diretamente. Não fui atendido porque as direções dos hospitais públicos aos quais me levaram disseram que não me queriam para fazer o procedimento no meu coração porque não havia garantia.

Hoje estou aqui e digo ao doutor André e a toda a mesa que, abaixo de Deus, o ICTDF foi e é um milagre na minha vida. Diante de tudo o que ocorreu, quero deixar os parabéns a toda a equipe do

ICTDF. A Carminha não se lembra de mim, mas eu me lembro dela e do doutor André também.

Eu passei 5 dias entre o procedimento no meu coração e a minha alta. Voltei ali e fui bem atendido. Estou sendo atendido, e a qualquer hora que eu bato à porta daquela instituição, sou bem atendido e bem recebido. Então, não vejo motivo para mudanças, a não ser que seja para ficar melhor do que está, porque, do contrário – quero deixar o meu protesto –, será uma falácia. É o que vemos muito na saúde, tanto no DF quanto em todo o Brasil. Sabemos disso. Ninguém aqui é inocente ou menino ou menina que não possa entender o que ocorre na nossa saúde no Brasil inteiro.

Estou há 42 anos no Distrito Federal. No dia 27 de agosto, completarei 65 anos. Não tenho receio de falar, na formalidade da casa, que sou grato, muito grato, a toda a equipe do ICTDF.

Estou desempregado há 3 anos, em decorrência de um procedimento. Fiquei infartado por 17 dias, precisamente, antes de sofrer 2 infartos. Quero deixar registrado, deputado, que quem sustenta a minha casa é minha esposa. Ela está trabalhando e é ela quem sustenta a casa. Eu trabalhava de sol a sol, mas perdi essa oportunidade em decorrência do procedimento no coração.

Quero deixar registrado que o deputado que está à mesa tem defendido a saúde. Sei disso, porque já estive em algumas reuniões e tenho fotos com o senhor, deputado. O senhor não lembra. Tenho foto com o senhor em Taguatinga, naquela solenidade dos 50 anos. Quero dizer isso ao deputado e fazer a ele um pedido: eu preciso que minha esposa trabalhe na Secretaria de Saúde, na condição dos administradores, que não foram nomeados. Eles passaram, tiveram boa colocação, mas não está havendo o chamamento, ou seja, a nomeação.

Quero deixar isso registrado aqui, diante de todos. Pena que a maioria já foi, eles têm os seus afazeres, mas quero agradecer tudo isso. Agradeço a cada funcionário – ouviu, Carminha? –, desde a sua pessoa até a pessoa do doutor André; ao general; ao Robério.

Quero dizer que fico muito grato por esta oportunidade. Já estive nesta casa várias vezes, durante esses 2 meses, exatamente em busca da nomeação do pessoal da administração. Isso foi registrado em algumas sessões por você e por outros deputados da casa.

Não tenho nada a reclamar. Que não haja mudança! Se houver, que ela seja para melhor. Se for para pior, até eu vou protestar.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Está certo. Muito obrigado, senhor Francisco.

A sua esposa está acompanhando o meu trabalho, assim como o senhor, e ela sabe que eu fiz um pedido ao Conselho Federal de Administração para que seja colocado um administrador em cada Unidade Básica de Saúde. Assim, nós abriríamos mais vagas para os administradores. Está nas mãos do governo fazer essa chamada. Há uma promessa de eles serem chamados. Vamos aguardar, mas vamos dar aquela cutucada. Pode deixar comigo.

Parabéns, meu amigo! Que bom que você está aqui!

Agora, vou passar a palavra para o doutor Jorge... Ah, o doutor Jorge já foi... Desculpem-me a demora. Vocês, que estão aqui, deixaram famílias e postos no trabalho. Senhor Francisco, o senhor falou que há menos pessoas, mas há esse vídeo sendo feito, pessoas estão assistindo a ele e isso vai ficar eternizado. Milhares ou milhões de pessoas podem ver isso.

Concederei a palavra à Klícia Barbosa Bezerra Matioli, que é gerente de ensino e pesquisa do ICTDF. E para finalizar – acho que o pessoal deve estar querendo saber que horas que vai acabar –, nós temos ainda inscritos: a Carolina de Fátima Couto, que é especialista em gestão do Sistema Brasileiro de Transplantes; a Vanusa Oliveira de Sousa Santana, que é gerente-geral da Controladoria, Faturamento e Financeiro e o Helder Lucio Rego, que é do Departamento Jurídico do ICDF. Por fim, pediu a palavra também o Miguel Antonio Neto, que é da Comissão dos Aprovados. E finalizaremos as nossas falas.

Concedo a palavra à Klícia Barbosa Bezerra Matioli.

KLÍCIA BARBOSA BEZERRA MATIOLI – Boa noite a todos, boa noite à mesa. Cumprimento todos muito respeitosamente.

Vou falar sobre algo que já foi dito algumas vezes, em algumas falas: a questão relacionada principalmente à formação dos profissionais.

Eu represento, hoje, a área de ensino e pesquisa do instituto, e gostaria, também, de deixar registrado que o hospital, atualmente, tem um centro de pesquisa clínica, que conta com 29 projetos

de pesquisa em andamento com instituições nacionais e internacionais, produzindo ciência. Além disso, também temos uma área de ensino muito voltada à formação dos profissionais de saúde, principalmente de médicos e de enfermeiros. Nós estamos, desde 2015, com os programas de residência médica e, desde 2016, com o programa de residência de enfermagem.

Hoje, uma das grandes preocupações que nós temos é exatamente com o centro de pesquisa clínica, porque qualquer alteração que se faça da gestão pode nos impactar, pois nós podemos perder esses 29 contratos. Além disso, nós nos preocupamos com os programas de residência. Temos 8 programas de residência no instituto, sendo um de enfermagem em cardiologia hemodinâmica e mais 7 programas médicos. Ao todo são 55 profissionais dentro da casa, sem contar os outros profissionais que usam o campo do Instituto de Cardiologia como cenário de prática em suas formações e os programas de *fellow*, que são os programas de complementação médica especializada.

Hoje, para vocês terem uma ideia, dos 55 profissionais médicos e enfermeiros residentes, caso haja uma alteração de contrato em que não seja realizado um diálogo com a sociedade, com o MEC, com o Ministério da Saúde e, principalmente, com a FUC e com o Instituto de Cardiologia – com a FUC, porque ela é a mantenedora, é no CNPJ dela que estão os programas –, todos os 55 residentes terão que ser transferidos do Distrito Federal. Muitos, talvez, fiquem, caso haja vagas em outros programas, mas temos programas – por exemplo, a enfermagem em cardiologia hemodinâmica, a cirurgia cardiovascular, a cardiologia pediátrica – para os quais não há programas correspondentes no DF. Então, muitos desses profissionais vieram de outros estados para Brasília para estudar, para se especializar, já estão trabalhando, têm as suas vidas em Brasília e pode ser que precisem mudar de instituição, porque, como o general Pafiadache havia dito anteriormente, não há perspectiva. A lei, inclusive, veta a transferência de programas de residência para outras instituições. É preciso transferir os residentes.

Eu gostaria de pedir atenção para algo específico: durante toda essa tramitação, se fica FUC ou não, qual será a instituição, além dos pacientes – nosso motivo de ser –, além dos colaboradores, peço que também todos os programas de ensino e pesquisa sejam colocados em pauta e que tenham o respeito que merecem. Afinal de contas, se hoje o Instituto de Cardiologia conta com profissionais capacitados, é graças à formação que tiveram. Muitos desses profissionais, quando se formam, ficam no instituto e, quando não ficam no instituto, eles são os profissionais que vão atuar no restante do país.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Muito boa observação. Isso já me alerta para que, quando sair o edital para o chamamento público, a empresa que ganhar se atente a essa parte também da educação, ensino e pesquisa.

Ouviremos a Carolina de Fátima Couto, especialista em gestão. (Pausa.)

Ouviremos a Vanusa Oliveira de Sousa Santana, gerente-geral da Controladoria, Faturamento e Financeiro. É o maior cargo do financeiro do instituto?

VANUSA OLIVEIRA DE SOUSA SANTANA – Atualmente, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – É o maior cargo?

VANUSA OLIVEIRA DE SOUSA SANTANA – Isso, atualmente sim.

Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Boa noite. Você está com a palavra.

VANUSA OLIVEIRA DE SOUSA SANTANA – Hoje, eu não vim falar do financeiro. Carminha pediu que eu viesse representando o SindSaúde, a área administrativa.

Hoje, o que me preocupa muito – conversei com ela e com alguns colaboradores – é o fato de a FUC continuar do jeito que está, o risco que isso é para todos nós. Em novembro, eles demitiram 280 funcionários da matriz e colocaram as rescisões dentro da recuperação judicial, seguraram os documentos. Os demitidos não conseguiram sequer dar entrada no seguro-desemprego.

Eu estou desde 2009, participei da transição da Zerbini para FUC – foi tranquila –, mas com essa estou realmente muito preocupada. Neste ano mais 2 hospitais foram entregues, 780 colaboradores foram demitidos sem rescisão e sem documentação.

Eu tenho muito receio de que a intervenção saia e que mais 1.043 colaboradores sejam postos na rua, como aconteceu com os mais de 1.000 colaboradores no Sul, entre novembro passado e abril

deste ano. Tenho receio de que saíamos sem nossos direitos – estou longe de abrir mão dos meus direitos, estou falando como uma colaboradora que está lá há 15 anos pela FUC.

Acho bem arriscado mesmo para todos nós, porque, enquanto houver intervenção, nós temos garantia de que nossos salários estarão nas contas, nossos benefícios estarão na conta. Eu, sinceramente, não tenho nenhuma tranquilidade, até porque, no começo de abril, foi necessário o sindicato do Rio Grande do Sul entrar com uma ação no TRT para que a FUC liberasse a documentação para os ex-colaboradores darem entrada no seguro-desemprego e no FGTS, porque a rescisão eles não têm ideia de quando vão receber. Isso chega a ser desumano e triste. Eu conheço muitas pessoas de lá, a nossa contabilidade é na matriz. Então, eu tenho contato com eles diariamente. Tive contato com ex-colaboradores que estavam lá havia 20 anos, chegaram a passar necessidades e tiveram que pedir auxílio aos familiares para comprar comida para os filhos, em casa. Isso é muito triste e muito frustrante.

Essa é a minha maior preocupação. É por isso que defendo tanto a intervenção. Já sofri diversos ataques. Estou defendendo o meu interesse, realmente. Mas não defendo só o meu interesse, e sim o de 1.042 colaboradores que estão lá. Não quero, de forma alguma, que saíamos com uma mão na frente e outra atrás, como todos que saíram de novembro do ano passado a abril deste ano. Também não quero que o nosso sindicato não tenha que passar a humilhação de fazer o TRT obrigar a empresa a liberar os nossos documentos para darmos entrada, pelo menos, no nosso seguro-desemprego.

Acho que, realmente, o governo tem que pensar na segurança dos colaboradores. Embora os pacientes corram risco, o risco deles é infinitamente menor que o nosso, porque o governo, jamais, vai deixar aquele hospital fechar. A importância dele é muito grande. Fico realmente preocupada com o que vai acontecer. Essa é também a preocupação do doutor André. Até conversamos ontem.

Para vocês terem ideia, os médicos têm a receber mais de 1 milhão de honorários que a FUC recebeu e não repassou para eles. A FUC recebeu o pagamento dos convênios e não o repassou para os médicos. Ou seja, houve apropriação indébita. Usou esses recursos para pagar outra coisa. Então, eles também estão sendo penalizados, mas acabam tentando, como o deputado Jorge Vianna falou, não atacar. Mas isso não é ataque. Estou querendo um direito que é meu. Eles trabalharam e dão duro!

Uma pessoa chegou a falar: “Nós vamos expor os médicos”. Eu falei: “Não façam isso”. Eu sempre fui pelos médicos naquele hospital. Falei isso para o deputado Jorge Vianna, inclusive. Não vou falar que os médicos são a classe mais trabalhadora, porque todos nós somos. Os médicos viram a noite lá. Às vezes, há transplante, e eles viram a noite trabalhando naquele hospital.

Como o doutor André falou numa reunião que tivemos ontem, não houve nenhuma interferência da intervenção, em qualquer atendimento. Não houve interferência na assistência, não houve nenhuma interferência. Eles não contrataram ninguém. O que eles estão fazendo, no momento atual, é garantir os nossos direitos. Sinceramente, não quero que isso acabe. Quero que tenhamos essa segurança. Hoje, não a temos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado.

Ela falou sobre o que eu e a deputada Paula Belmonte falamos: a garantia dos direitos. Qualquer empresa ou até mesmo o governo, por ter feito a intervenção, pode dar a segurança financeira aos colaboradores. São direitos trabalhistas. Essa será uma discussão bem acalorada. Fez-se a intervenção, há o ônus e o bônus dela.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Comecei falando exatamente da proteção dos pacientes e dos colaboradores, na qual sempre estará o nosso esforço. Disso não vamos abrir mão. No entanto, ninguém pode dizer que a próxima empresa vai garantir isso. Mas que faremos esforço para evitar qualquer prejuízo ao nosso servidor eu garanto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – General, vamos garantir que se assegurem os direitos dos trabalhadores. Qualquer coisa feita no Distrito Federal tem que passar por esta casa. Quando a matéria vier para cá, colocaremos emendas e brigaremos para garantir os direitos dos trabalhadores. Seja uma empresa privada, seja o governo, seja qualquer outra empresa, vai ter que se garantir esse direito. É como eu falei: quem assumir terá o ônus e o bônus; é porteira fechada. Vem com lucro, porque vai ter equipamentos, vai ter tudo, mas também vai ter a despesa, que já está sendo feita, que já está lá.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Serão vários segmentos: esta casa, o Ministério Público,

os sindicatos, a própria direção do instituto. Se nós não pensarmos assim, se não pensarmos no paciente, se não pensarmos no servidor, certamente não estaremos fazendo a coisa correta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Podem ter a certeza de que esta casa vai garantir a vocês os seus direitos. Tenham certeza disso.

Para finalizar, concedo a palavra ao Miguel Antônio Neto, que é da comissão de concursados.

Antônio, obrigado por ter vindo. Você está com a palavra.

MIGUEL ANTÔNIO NETO – Boa noite, deputado. Boa noite à mesa.

Eu gostaria muito de reiterar a importância do técnico em enfermagem na assistência pública à saúde. O técnico em enfermagem é o profissional que, basicamente, faz a mão de obra dentro do hospital. Ele dá banho, administra medicamento, faz a roda girar. Claro que é muito importante toda a composição da equipe multidisciplinar.

O Distrito Federal estava há 9 anos sem concurso, de 2014 a 2023, ano em que houve o concurso que fizemos e para o qual fomos aprovados. Entretanto, houve somente 180 nomeações no dia 21 de fevereiro deste ano, número muito pequeno perto do déficit que temos hoje em dia. No Portal da Transparência, há mais de 6 mil cargos vagos de técnicos em enfermagem. Só de aposentados, desde 2018, quando houve a última nomeação do concurso de 2014, nós temos mais de 2.100.

Nós vemos que o governo não está querendo fazer a reposição da mão de obra de técnico em enfermagem, que é um profissional muito importante dentro da assistência.

Estamos aqui pedindo nomeação, implorando. Não estou falando só como aprovado, mas, sobretudo, como usuário do Sistema Único de Saúde, que tem que ser um sistema público e, não, privado. Está na lei que o serviço privado vem só como complemento.

Eu imploro: por favor, nomeiem os novos aprovados. Estamos esperando. Somos mais de 3 mil aprovados, mas nem esse número vai suprir o déficit que temos hoje em dia.

Nomeação já!

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado.

Nós estamos fazendo uma cobrança muito forte. Inclusive dia 30, agora, haverá assembleia e um dos pontos será justamente a chamada dos concursados.

Concedo a palavra, para finalizar, ao doutor Helder Lucio Rego, do departamento jurídico do ICTDF.

HELDER LUCIO REGO – Meu nome é Helder, estou exercendo o cargo de advogado do instituto, mas não aproveito este momento para falar como uma defesa jurídica da instituição. Aproveito este momento para falar sobre a visão que tenho como advogado, a visão que tenho por ter sido advogado do Instituto Hospital de Base, por ter sido advogado do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF, por ter trabalhado na Secretaria de Saúde e por, em razão de ter pais – meu pai e minha mãe – servidores da saúde, acompanhar há muito tempo a situação do DF.

O tempo não é favorável para que eu entre em muitos detalhes, mas alguns pontos merecem e devem ser esclarecidos não só em relação à intervenção em si. Em relação à intervenção, acho que já ficou bem claro – esta casa pontuou muito bem a necessidade de se fazer uma verificação melhor para saber se houve ou não conflito de interesse – que houve glosas – algumas significativas, algumas em relação a transplante de cardiologia... Houve glosas que, em determinado mês, chegaram a 50% do valor da fatura. Então, se o contrato já está desatualizado desde 2016, uma glosa de 50% inviabiliza qualquer operação.

Creio que a Câmara Legislativa vai analisar e investigar tudo, há comissões voltadas para isso. Inclusive, muita coisa está adiantada. Não compete a mim ficar fazendo conjunturas em relação aos motivos que levaram à intervenção.

Já ficou esclarecido que os valores estão defasados. Já ficou esclarecido que o ofício que levou à justificativa da intervenção, na verdade, era um ofício de cobrança e que os valores que foram cobrados foram pagos após a intervenção. Porém, algumas coisas não ficaram muito esclarecidas e preciso falar sobre alguns pontos, deputado Jorge Vianna. O senhor comentou – e fiquei preocupado, no início – sobre possíveis repasses de insumos, um caminhão de insumos, do IC para a FUC. O senhor

falou que foram transferidos 200 e poucos mil reais em insumos, salvo engano, posso estar errado. Fiquei de certa forma assustado no início.

No início eu fiquei um pouco assustado, porque 200 e poucos mil reais em insumos é realmente um valor considerável. Só que me lembrei da minha época de Iges, da minha época na Secretaria de Saúde e fiz uma análise rápida: o Iges comprou, para 3 meses de operação, 400 mil reais em luvas descartáveis para o Hospital de Base. Quanto a valores de insumos, se verificarmos a especificidade de cada valor, realmente é caro. Então, 200 mil reais em um caminhão – se é que existiu isso de fato, deve ser muito bem esclarecido se foi realmente isso e se voltou –, percebam: é uma despesa insignificativa para uma operação hospitalar, é algo que realmente tem que ser muito bem esclarecido.

Até porque, deputado, já houve uma demonstração para a sociedade de que, quanto a essa intervenção e aos motivos que levaram a ela, possivelmente houve conflito de interesse. Não estou falando de um ou outro interventor, estou falando de outros conflitos de interesse. Mas os órgãos fiscalizadores já estão acompanhando isso. Conflitos de interesse em glosas, de repente glosas provocadas de propósito ou não, isso tudo vai ser apurado.

Só que a verdade tem que ser esclarecida, principalmente quando as pessoas que estão nesse conflito de interesse trazem para esta casa ilações preocupantes, como a de repasses para lá. Em nenhum momento eu vi a sociedade, este parlamento, ninguém falou sobre o que a fundação socorreu ou o pagamento de aluguel do HFA. O HFA possui um aluguel muito caro.

Salvo engano, deputado, em relação à utilização do espaço, a metragem é calculada de acordo com o valor de mercado. Inclusive, isso tem que ser considerado, isso vai ser levado para o chamamento público. Pelo jardim em volta do hospital, do ICTDF, é pago um aluguel de 100 mil reais. Não sei agora se é por mês ou por ano. Mas é um valor que faz diferença na assistência. Faz diferença, principalmente, quando se recebem transplantes com valores defasados – e faz uma diferença quando se tem que lidar com glosas.

Enfim, deputado, eu não quero me alongar muito. Eu não falo pela gestão, falo como usuário do SUS também, falo como cidadão de Brasília. A única coisa que é preciso esclarecer é a transparência. Falo da transparência que levou a essa intervenção, da transparência do que se pretendia com essa intervenção. A Câmara Legislativa tem um papel muito importante nisso.

Principalmente em relação à assistência, porque em nenhum momento, em princípio, apesar de terem sido levantadas essas narrativas, houve uma preocupação profunda com o paciente. Com relação aos pacientes, até então não houve uma descontinuidade dos serviços.

Falaram que alguns órgãos foram rejeitados. O Hospital de Base rejeita órgãos toda semana, todo mês. Isso é motivo para uma intervenção? A cirurgia de transplantes é muito delicada. Realmente, isso é uma justificativa? Pelos valores do portal do complexo regulador, a produção assistencial não caiu, ao contrário. Um mês antes da intervenção, o hospital bateu o recorde de transplante de fígado. Foram produzidos 11 transplantes de fígado no mês, sendo que a média habitual é de 3 transplantes.

Então, se realmente houvesse uma preocupação, a Secretaria de Saúde teria resolvido de forma administrativa, pagando o que ela devia. Dinheiro para isso ficou comprovado que existia, porque, depois da intervenção, o dinheiro apareceu. Mas a Secretaria de Saúde não faz o contrato. Existe, deputado, uma ação civil pública em que, desde julho de 2021, salvo engano, a Justiça Federal determinou que a Secretaria de Saúde realizasse a contratação do serviço de transplante de medula óssea.

A multa diária pelo descumprimento dessa decisão judicial é de mil reais. A última vez em que eu fiz o cálculo, no início do ano, estava chegando a 6 milhões de reais pelo descumprimento da decisão judicial. A Secretaria de Saúde poderia ter feito esse contrato. A Secretaria de Saúde poderia ter utilizado essa justificativa para incentivar o próprio ICTDF a realizar esse serviço. O que ela fez? Ela decretou uma intervenção, uma intervenção cheia de questionamentos. Aparentemente, os dados que estão sendo levantados são meio parciais e precisam ser esclarecidos. (Ininteligível.) Bem como a oportunidade de vir aqui prestar um esclarecimento. De fato, a fundação está passando por um problema financeiro, mas está em recuperação judicial.

Em nenhum momento foi decretada a falência da instituição, e a recuperação judicial serve justamente para evitar que uma instituição vá à falência, para evitar que todos os empregados sejam demitidos e seus direitos não sejam garantidos. Existe um juiz responsável por isso, que faz uma organização para tocar o processo de recuperação judicial. Nesse processo, inclusive, é levantada a dívida que há com o aluguel e o crédito que há com a Secretaria de Saúde. Inclusive a Justiça do DF, há um mês, sentenciou que a Secretaria de Saúde tem que pagar, num determinado processo, 5

milhões de reais referente ao que a SES deve para o ICTDF. Imaginem tantos outros milhões que não foram judicializados e que, enfim, poderiam ser utilizados devidamente na assistência.

Para finalizar, é preciso seriedade para reconhecer a complexidade de um hospital desse; para observar que, dentro da saúde do DF, existem mazelas difíceis de serem superadas; para entender que, se a Secretaria de Saúde, através dos seus hospitais, atualmente tivesse capacidade de realizar os serviços que são feitos no ICTDF, não existiria a necessidade de haver a contratualização lá.

Então, os diversos pacientes que estão aqui e que manifestaram apreço pelo trabalho da instituição dependem muito da continuidade dessa qualidade do serviço. Hoje, a maneira com que a instituição – ICTDF e a Fundação Universidade de Cardiologia... Quando em Brasília há um bloqueio, quando Brasília não recebe o pagamento, quem está falindo são eles lá. Eu não estou falando que estão falindo tão somente por Brasília, mas acho que 25 milhões fariam diferença no caixa de qualquer instituição.

O processo de falência está correndo, a fundação é uma entidade que existe há mais de 50 anos. Ela formou centenas de cardiologistas no Brasil inteiro, é uma entidade filantrópica que presta serviço para o SUS sempre, com muita qualidade inclusive. Aparentemente, estão tentando manchar a imagem de uma instituição tão importante para a formação de profissionais para a residência médica, para a pesquisa clínica. E a forma como tudo isso está sendo tratado é muito preocupante. Se, de fato, a saúde pública fosse o norte de todos os atos, isso tudo não estaria acontecendo.

Então, deixo essa manifestação aqui, em si, pela preocupação e responsabilidade com tudo que está sendo feito.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, doutor Helder. O senhor trabalha no instituto?

HELDER LUCIO REGO – Eu já havia trabalhado lá e voltei no ano passado. Estou advogando nos processos trabalhistas. Aqui em Brasília há muitas ações.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – O senhor precisa ficar mais lá, então! As contas de que falei, que foram transferidas para lá, realmente são contas transparentes sobre esses valores de milhões; justamente numa época que atrasaram os salários do instituto. Então, não tem sentido você mandar dinheiro para lá! Mesmo que ele mandasse para cá, não mandou o suficiente, porque atrasaram os salários nessas épocas que eu falei, nos anos de 2020 e tal.

Há uma coisa que o senhor falou que eu achei importante! O senhor, como advogado, tem o dever de conhecer e falar a verdade.

HELDER LUCIO REGO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Eu estou com um documento que fala que a transportadora Fênix fez o transporte desse material. Nós não estamos questionando a questão de material, se são 200 mil, 100 mil, 50 mil, 1 real ou 10 milhões! Houve o transporte. Então, acho que o senhor tem que reconhecer esse documento. Se o senhor não o reconhece, vou lhe dar a oportunidade para reconhecê-lo!

HELDER LUCIO REGO – Não, deputado! Eu não disse que não reconheço.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – O senhor falou que não houve esse transporte.

HELDER LUCIO REGO – Não, em nenhum momento! Perdão, em nenhum momento eu afirmei que não houve transporte. Valores de 200 mil reais são significativos dentro de uma operação hospitalar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Mas, quanto ao furto, o senhor, como advogado, sabe muito bem que um furto de 10 reais ou de 1 milhão é furto também!

HELDER LUCIO REGO – Aí, eu gostaria de saber, existe o furto...

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Não estou dizendo que é furto ou roubo, pessoal! Estou só dando um exemplo porque estamos falando de questão de relação jurídica.

HELDER LUCIO REGO – Sim, com certeza, deputado! Mas eu não neguei que houve transporte, até porque esse fato... Em nenhum momento foi pedido algum esclarecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – O senhor está vendo na mídia! Todo mundo está falando desse transporte! O senhor não veio preparado para...

HELDER LUCIO REGO – Não, mas, em nenhum momento ninguém veio falar: “Tais e tais itens precisam de esclarecimento”.

Claro, neste momento, a Câmara Legislativa está fazendo um papel muito bom. Eu falo por parte de quem provocou e de quem está conduzindo a intervenção. Isso é que precisa de esclarecimento. De fato, se houve operações, existe um Ministério Público. É importante todos saberem que existe um Ministério Público que se chama Ministério Público das Fundações. O Ministério Público das Fundações fiscaliza todas as fundações existentes no Brasil e, todo ano, emite um parecer sobre caixa, fluxos e patrimônio.

Então, acho interessante, deputado, a casa, de repente, convidar, convocar ou pedir um esclarecimento para o Ministério Público das Fundações, que fiscaliza todas as operações, para que ele esclareça algum fato.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Nós os convidamos também.

HELDER LUCIO REGO – Eu falo Ministério Público das Fundações!

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Sim, o Ministério Público. Eles se organizam. Obrigado.

HELDER LUCIO REGO – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra à Carolina, gerente de enfermagem e transplante. Ela foi à Rádio Metrôpoles e deu aquele *show*!

CAROLINA DE FÁTIMA COUTO – Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do senhor deputado e de agradecer a presença de todos os colaboradores. Agradeço também àqueles que não conseguiram permanecer, aos que estão em casa ou no hospital trabalhando. Saúdo os meus tão amados pacientes transplantados.

Eu sou enfermeira. Desde 2020, estou à frente da coordenação dos transplantes do hospital, mas trabalho na unidade desde 2011. Eu já tenho mais de 10 anos acompanhando todos os transplantes sendo realizados. Então, são centenas de vidas salvas com o sim da doação de órgãos.

Quando falamos de vidas salvas, não podemos esquecer de todo o bastidor que há por trás desses transplantes. São colaboradores que se empenham 24 horas por dia em prol de captar um órgão, em prol de avaliar um paciente que está com um protocolo de morte encefálica aberto. São os colaboradores de uma instituição dedicados à assistência a esse paciente. Não é só fazer o transplante! Quem já sentiu na pele – não é, Robério? – sabe muito bem como é isso. São dias na UTI, na internação, e depois é uma vida toda de acompanhamento.

Eu estou no ICTDF desde 2008, há 16 anos, e pude perceber a excelência da assistência que todos os colaboradores têm, de todas as unidades. Acho muito interessante – e não podemos esquecer o que a Carminha trouxe – o jeito ser do Instituto de Cardiologia. Todos os que passam por ali ou que chegam até ali, falam a mesma coisa: “É o jeito ser de trabalhar”. Todos ali trabalham porque realmente amam trabalhar ali. Eu sou uma dessas pessoas.

Estou aqui para defender esses colaboradores que tanto se dedicam, esses pacientes que tanto necessitam dessa assistência. Há quase 2.500 transplantados e uma lista enorme de transplante. São mais de 300 pacientes inscritos para rim, dezenas de pacientes inscritos para fígado e coração que precisam dessa doação, que precisam dessa assistência, que precisam do ICTDF.

Agradeço muito a esta casa, a todos os presentes e a todos os que estão apoiando essa causa do ICTDF. Seja quem for que assumir, que faça uma gestão transparente, clara, com seriedade e respeito a todos os que aqui estão, que permanecem nessa instituição e a todos os pacientes que tanto necessitam desta casa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, Carol.

A comissão geral está chegando ao fim. Logo mais haverá uma sessão neste plenário.

Eu vou facultar 1 minuto para cada um fazer suas considerações finais e mandar um abraço.

Eu não vou falar muito no final. Quero dizer que estou com vocês. Talvez a forma mais rígida pode ser mal interpretada. Eu fui muito firme com relação ao Iges e sou muito firme com qualquer coisa relacionada à saúde. Essa é minha pegada. Venho de um movimento sindical, essa é minha pegada, gostem ou não. Só com firmeza nós vamos melhorar a saúde. Não há jeitinho, não há mais ou menos, não há esquema. Saúde tem que ser feita com seriedade porque nós estamos falando de vida.

Sinceramente, quem faz esquema na saúde tem que ser condenado à prisão perpétua, porque nós estamos falando de pessoas, de vidas. É assim que vamos fazer. Eu vou defender vocês.

Lancei a frente parlamentar em defesa do Instituto de Cardiologia. Vamos até o final, de braços dados. Eu tenho certeza de que nós sairemos vitoriosos. Podem ter certeza disso. Os pacientes tenham essa certeza. Senhoras e senhores, podem contar comigo de verdade.

Concedo a palavra ao doutor André para as suas considerações finais.

ANDRÉ WATANABE – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer ao deputado Jorge Vianna esta oportunidade, em que se dá voz a todas as pessoas que estão interessadas na verdade e na continuidade do serviço do Instituto de Cardiologia e Transplante do Distrito Federal, para que ele possa permanecer forte, melhorar a cada dia.

Independentemente da gestora que vá prosseguir ou assumir a gestão do hospital, que ele mantenha o bom serviço e o bom trabalho que lá é realizado. Esse atendimento não é simples de ser construído, pois foram anos para que chegássemos a esse patamar. Que isso seja respeitado. E, como foi dito aqui, que o modelo de funcionamento do instituto também seja preservado.

Agradeço a oportunidade. Fiquei muito feliz porque ouvi vários depoimentos de colaboradores, de pacientes, de pessoas relacionadas à área da saúde. Eu penso que tudo isso que esta casa está proporcionando para o instituto – essa força e essa oportunidade – o deixará cada dia mais forte.

Muito obrigado.

VANESSA DE MEDEIROS FERNANDES – Quero aqui agradecer a todas as pessoas que de forma excepcional realizaram um trabalho diferenciado no Distrito Federal, tanto que transformaram esse hospital em um hospital de referência. Isso foi graças ao papel de cada um de vocês que fizeram a diferença na vida de várias pessoas.

Eu espero que esse impasse seja resolvido com urgência. Urgência, urgentíssima. Que as grandes cabeças se reúnam e procurem uma solução melhor para que esse crescimento continue a acontecer. Quem sabe melhores estabelecimentos venham? Que o chamamento público seja positivo e que esses contratos que estávamos adiando e adiando sejam feitos. Que nós possamos nos juntar para finalizá-los. Isso já deveria ter sido feito há muito tempo.

Eu acho que, agora, depois de todo esse impasse, o trabalho de vocês irá ficar melhor ainda. Penso que uma hora esses entraves irão ser resolvidos por nós.

É isso. Estamos juntos. (Palmas.)

ROBÉRIO MELO – Eu queria chamar a atenção para que não baixemos a guarda, porque não sabemos o que vem nesse chamamento. Então, vamos ficar muito atentos. Todos. A luta continua.

Eu quero falar aos transplantados que tenho provocado esta casa para dois projetos de lei. Um, para equiparar o transplantado ao PcD, pessoa com deficiência, para que possamos conseguir emprego em algumas empresas que precisam cumprir essas cotas. O outro projeto de lei é para que o transplantado que necessite fazer outro transplante possa ir para o primeiro lugar da fila, como acontece em São Paulo – foi o caso do Faustão. Eu tenho provocado a casa para esses dois projetos e, provavelmente, eles devem sair.

Agradeço a todos.

Quero fazer um agradecimento especial à equipe multi do ICTDF, na pessoa da Carol Couto, Carolina, pela dedicação, que é 100%.

Obrigado, de coração. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado.

Chamou minha atenção. Então, é diferente em São Paulo? A legislação não é a mesma em nível nacional?

ROBÉRIO MELO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Mesmo sendo SUS?

ROBÉRIO MELO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Doutor André, isso é estranho.

ANDRÉ WATANABE – Esta é uma norma que existe na Câmara Técnica Estadual de São Paulo:

quando um paciente que já fez transplante de órgão sólido – coração, fígado, rins, pâncreas – precisar de um segundo transplante de outro órgão, ele ganha prioridade. Então, é uma decisão da Câmara Técnica Estadual.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Independentemente da idade?

ANDRÉ WATANABE – Independentemente da idade.

Então o caso ficou conhecido... Essa norma não existe nas outras câmaras técnicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Só em São Paulo?

ANDRÉ WATANABE – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Mas não saiu somente agora com o caso do Faustão?

ANDRÉ WATANABE – *Eu sou membro da Câmara Técnica Nacional, em transplante de fígado, um órgão do Ministério da Saúde, e estamos lutando. Já propusemos que isso passasse a valer também em todos os estados do Brasil, em âmbito nacional.*

Dentro do Sistema Nacional de Transplantes, existem as câmaras técnicas nacionais e estaduais, que definem a legislação do transplante, como ele funciona em cada estado e no país.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Está certo. Isso é estranho.

Concedo a palavra a Maria do Carmo Barros.

MARIA DO CARMO BARROS – Eu quero, primeiramente, agradecer a Deus e a vossa excelência, deputado Jorge Vianna, nosso padrinho do ICTDF.

Quero dizer que eu já fui a todos os lugares bater e pedir ajuda e apoio para o ICTDF. Eu já fui até à presidência. Eu e o senhor Robério estamos tentando contato com a Janja para que ela vá visitar o ICTDF – e vamos continuar.

Para vossa excelência ter uma noção, deputado Jorge Vianna, eu envio mensagem para todos os famosos a fim de adquirir apoio para o ICTDF.

Eu quero dizer que a nossa bandeira é o ICTDF e, nela, estão os pacientes e os colaboradores. Como profissional da saúde, eu me coloco no lugar dos pacientes, porque eu os acompanho de perto e vejo como é. É uma situação muito difícil para o paciente e para o familiar. Como colaboradora, eu me coloco no lugar dos colaboradores que estão lá todos os dias dando o seu melhor. Faça sol ou faça chuva, eles estão lá.

Podem contar conosco, com todos os 1.043 colaboradores do ICTDF.

Quero aproveitar a oportunidade, deputado Jorge Vianna, e fazer um convite. Amanhã, às 16 horas, vamos dar um abraço no prédio do ICTDF para mostrar ao Brasil e ao mundo qual a importância do ICTDF para esses pacientes. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, Carminha.

Eu estou vendo que você está tendo uma relação muito próxima com o Lula. Quem sabe você consiga trazer a Janja, o que seria uma grande força.

Pessoal, amanhã, eu não vou poder participar, pois já tenho compromisso. Depois, eu vou lá dar um abraço em todos vocês.

Concedo a palavra a Manoel Luiz Narvaz Pafiadache.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE – Eu só queria agradecer ao deputado Jorge Vianna esta oportunidade, porque o que nós fizemos hoje foi em razão de uma proposta da própria casa de discutir, com a sociedade, mais esse tema.

Pessoalmente, tive a oportunidade de identificar algumas coisas nas quais eu preciso me aprofundar, para que eu possa transmitir o máximo de informações na segunda-feira, no conselho de líderes.

Obrigado a todos. Tenham todos uma boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Senhoras e senhores, muito obrigado e desculpem-me a demora. Tudo foi muito importante e esclarecedor. Obviamente, podem ter certeza de que estamos sendo vistos por todos, pelo governo, pela Secretaria de Saúde. Todo mundo está nos

vendo porque eles estavam aguardando esta audiência para ouvir, principalmente, o ICTDF.

É lógico que eles não tiveram a boa vontade de vir, mas estão nos acompanhando – eu tenho certeza disso. Então, quero dizer a vocês que estão nos acompanhando e que não vieram que sei que vocês estão de olho em nós.

Quero agradecer às autoridades e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com suas presenças.

Um forte abraço, uma boa noite a todos. Que tenhamos um resto de semana abençoado!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem, às 18 horas e 39 minutos.

(Levanta-se a sessão às 18h39min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

BRB – Banco de Brasília
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Conasems – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
Conass – Conselho Nacional de Secretários de Saúde
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUC – Fundação Universitária de Cardiologia
GDF – Governo do Distrito Federal
HFA – Hospital das Forças Armadas
HRT – Hospital Regional de Taguatinga
IC – Instituto de Cardiologia
ICTDF – Instituto de Cardiologia e Transplante do Distrito Federal
Iges – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
InCor – Instituto do Coração
MAC – Assistência Ambulatorial de Médio e Alto Custo/Complexidade
MEC – Ministério da Educação
NPH – Protamina Neutra de Hagedorn
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PcD – Pessoa com Deficiência
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
PQD – paraquedista
Samu – Serviço Médico Móvel de Urgência
Sepesd-MD – Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa
SES-DF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Sindate – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem no Distrito Federal
SindEnfermeiro – Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal
SindMédico-DF – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal
SindSaúde – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Distrito Federal
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
Teto MAC – É um valor repassado pela União para custear ações e serviços de saúde na média e alta complexidade nos estados
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UDT – Unidade de Dor Torácica
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UTI – Unidade de Terapia Intensiva

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 26/04/2024, às 16:38, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1641592** Código CRC: **E8F76900**.